

As Desigualdades na Escolarização no Brasil

Relatório de Observação nº 5



Conselho de Desenvolvimento
Econômico e Social



Presidência da República

Vice-Presidência da República

Casa Civil

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Observatório da Equidade

As Desigualdades na Escolarização no Brasil

Relatório de Observação nº 5

Brasília, julho de 2014

Publicação de responsabilidade da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES) da Casa Civil da Presidência da República.

Secretário do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Ronaldo Kűfner

Secretária Adjunta do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Maria Luiza Falcão

COMITÊ TÉCNICO DO OBSERVATÓRIO DA EQUIDADE

Ana Lúcia Sabóia
Gerente de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Sergei Suarez Dillon Soares
Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

Clemente Ganz Lúcio
Diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

José Aparecido Ribeiro
Diretor de Tecnologia do Diálogo Social – SEDES/PR

EQUIPE TÉCNICA DO OBSERVATÓRIO DA EQUIDADE – Educação

Barbara Cobo Soares – Gerência de Indicadores Sociais/IBGE
Carlos Eduardo Moreno Sampaio – Diretor de Estatísticas Educacionais/INEP
Divonzir Gusso – Coordenador de Estudos de Educação/IPEA
Marcelo Nicoll Pires – Consultor
Maria França e Leite Velloso – SEDES/PR
Paulo Meyer Nascimento – Técnico de Planejamento e Pesquisa/IPEA

Anexo I – Ala “A”, sala: 202 – (61) 3411.2199 / 3393
Brasília – DF – CEP: 70150-900
cdes@presidencia.gov.br www.cdes.gov.br

Disponível: <<http://www.cdes.gov.br>>

Tiragem: 300 exemplares

Impresso no Brasil

Catálogo na fonte, Biblioteca da Presidência da República.

D457	As Desigualdades na Escolarização no Brasil: Relatório de Observação nº 5. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, 2014. 60 p. 1. Escolarização no Brasil 2. Desigualdades 3. Monitoramento. Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.
------	---

CDD – 370.19981

Sumário

Apresentação	5
Composição do CDES (2013/2014)	7
Parecer de Observação nº 5	11
As Desigualdades na Escolarização no Brasil	
Introdução	17
Educação Básica: qual o universo da política	19
Atendimento educacional: matrículas	19
Estabelecimentos de ensino	23
Professores	25
Desempenho educacional	27
Educação profissional	30
Os desafios de aumentar e qualificar a escolarização dos brasileiros com equidade	31
Média de anos de estudo	31
Analfabetismo	34
Acesso à escolarização	36
Acesso à educação infantil	37
Acesso ao ensino fundamental	39
Acesso ao ensino médio	40
Permanência e sucesso na escolarização	41
Anexo – Quadro de indicadores	53



APRESENTAÇÃO

Após oito anos de funcionamento, o Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social reafirma o princípio de que a educação é um direito humano e deve constar sempre como prioridade estratégica para o desenvolvimento brasileiro.

O acompanhamento dos movimentos na situação educacional nos últimos anos está apresentado nesta quinta edição do Relatório de Observação – *As Desigualdades na Escolarização no Brasil*, subsidiado pelas informações e análises formuladas pelo Comitê Técnico do Observatório da Equidade e pelos debates entre os conselheiros.

Desde 2006, os relatórios de acompanhamento da educação sob o ponto de vista da equidade mostram problemas no acesso, permanência e desempenho educacional na alfabetização, na educação infantil, nos ensinos fundamental e médio, que evidenciam níveis de desigualdades que desfavorecem as populações da zona rural, os mais pobres, os pretos e os pardos.

Além da atualização dos indicadores construídos a partir de informações da PNAD/IBGE, do EducaCenso do INEP/MEC e de outras fontes oficiais, o Relatório revela avanços e identifica problemas recorrentes, indicando a manutenção de altos níveis de desigualdade. Aprofundar e acelerar as mudanças nos nossos indicadores educacionais depende de esforços integrados de atores e instituições nas três esferas de governo e em toda a sociedade.

É pensando nessa grande tarefa, que o Brasil deve aos seus cidadãos e suas cidadãs, que o Observatório da Equidade se mantém firme em seu propósito de identificar os principais gargalos e pontos de iniquidade da educação brasileira. Esperamos, assim, dar uma pequena contribuição a este esforço coletivo necessário para colocarmos a educação em outro patamar.

Comitê Técnico do Observatório da Equidade



Composição do CDES (2013/2014)

Presidência da República
Vice-Presidência da República
Casa Civil
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Comitê Gestor

Conselheiros – Sociedade Civil

Abilio Diniz - Presidente do Conselho de Administração da BRF (Brasil Foods)
Alberto Broch - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
Amarílio Macêdo - Presidente do Conselho de Administração da J. Macêdo S.A.
Antoninho Trevisan - Presidente da Trevisan Escola de Negócios
Antonio Carlos Valente - Diretor-Presidente da Telefônica do Brasil
Antonio Gil - Conselheiro da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (BRASSCOM)
Arildo Mota Lopes - Diretor-Presidente da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos da Economia Social (UNISOL), Presidente da CICOPA Américas e sócio cooperado da UNIFORJA
Benjamin Steinbruch - Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)
Candido Mendes - Reitor da Universidade Candido Mendes
Carlos Alberto Caser - Presidente da Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF)
Carlos Gilberto Cavalcante Farias - Presidente da Federação das Indústrias da Bahia (FIEB)
Carmen Helena Ferreira Foro - Vice-Presidente da CUT e Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CONTAG)
Cezar Britto - Presidente da Comissão Especial de Mobilização da Reforma Política do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
Cláudio Conz - Presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (ANAMACO)
Cledorvino Belini - Presidente da FIAT e Vice-Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA)
Clemente Ganz Lúcio - Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)
Daniilo Pereira da Silva - Presidente da Força Sindical de São Paulo
Dom Luiz Demetrio - Bispo Diocesano de Jales - CNBB
Fernando Dantas Alves Filho - Sócio-Presidente da Price Waterhouse Coopers do Brasil
Germano Rigotto - Presidente do Instituto Reformar de Estudos Políticos e Tributários e ex-Governador do Rio Grande do Sul
Guilherme Paulus - Presidente do Conselho da CVC Brasil e Presidente da GJP Participações S.A.
Heitor José Muller - Presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERSGS)
Humberto Mota - Presidente Dufry do Brasil, Presidente do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), Presidente da Associação Nacional de Concessionárias de Aeroportos Brasileiros (ANCAB)
Ivo Rosset - Presidente das empresas Rosset & Cia Ltda. e Valisère Ind. & Com Ltda.
Jackson Schneider - Presidente da EMBRAER Defesa e Segurança
Jacy Afonso de Melo - Secretário de Organização e Política Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT)
Jaime Arturo Ramírez - Reitor Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Jesualdo Farias - Reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC)
João Batista Inocentini - Presidente Licenciado do Sindicato dos Aposentados do Brasil
João Bosco Borba - Presidente da Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (ANCEABRA)
João Paulo dos Reis Velloso - Superintendente-geral do Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE)
Jorge Gerdau - Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau



Jorge Hilário Gouvêa Vieira - Diretor da Confederação Nacional das Empresas de Seguro, Previdência Privada e Saúde Complementar

Jorge Nazareno Rodrigues - Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região

José Antônio Moroni - Membro colegiado de Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)

José Calixto Ramos - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)

José Carlos Bumlai - Presidente do Grupo Agropecuária JB

José Carlos Cosenzo - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo

José Carlos Martins - Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Conrado Azevedo Santos - Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA)

José Luciano Duarte Penido - Presidente do Conselho de Administração da Fibria Celulose S.A.

José Vicente - Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares

José Zunga - Fundador do Instituto Observatório Social de Telecomunicações da Inclusão Digital e Social (IOST)

Joseph Couri - Presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (SIMPI)

Lincoln Fernandes - Diretor da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e Presidente do Conselho de Política Econômica e Industrial (FIEMG)

Lúcia Stumpf - Dirigente da União Brasileira de Mulheres (UBM)

Luiz Aubert Neto - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ)

Luiz Carlos Trabuco - Diretor-Presidente do BRADESCO

Luiz Eduardo Abreu - Diretor-Presidente das empresas do Grupo NSG

Luiza Helena Trajano Rodrigues - Presidente da Magazine Luiza

Manoel Silva da Cunha - Tesoureiro do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)

Marcelo Odebrecht - Diretor-Presidente da Construtora Norberto Odebrecht S.A.

Marcelo Giufrida - CEO da Garde Asset Management e Presidente da BNP Paribas Asset Management Brasil

Márcio Lopes de Freitas - Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Maria Elvira Ferreira - Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais (ACMinas) e embaixadora do BPW Brasil (Associação de Mulheres de Negócio e Profissionais)

Maurílio Biagi Filho - Presidente do Grupo Maubisa

Moacyr Auerswald - Secretário Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)

Murillo de Aragão - Presidente da Arko Advice Pesquisas

Murilo Ferreira - Presidente da Vale S.A.

Murilo Portugal - Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)

Nair Goulart - Presidente da Força Sindical da Bahia

Naomar Monteiro de Almeida Filho - Reitor Pro Tempore da Universidade Federal do Sul da Bahia

Nelson Côrtes da Silveira - Diretor-Presidente da Brasil Solair

Nelson Silva - Presidente da BG América do Sul

Olavo Machado Júnior - Presidente Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)

Paulo Godoy - Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB)

Paulo Vellinho - Diretor da PV Consultores Associados

Pedro Parente - Presidente e CEO da Bunge Brasil

Rafael Cervone - Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT)

Renato Conill - Presidente do Grupo Süd Metal

Ricardo Patah - Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Roberto Franklin de Leão - Presidente Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

Róbson Braga de Andrade - Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Rodrigo Loures - Presidente da Nutrimental, Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e ex-Presidente da Federação das Indústrias do estado do Paraná (FIEPr)

Rogelio Golfarb - Vice-Presidente de Assuntos Corporativos e Comunicação para a Ford América do Sul

Rui Carlos Ottoni Prado - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso (FAMATO)

Ruy Altenfelder - Presidente da Academia Paulista de Letras Jurídicas (APLJ) e Presidente do Conselho de Administração do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE)

Sérgio Haddad - Coordenador de Projetos Estratégicos da Ação Educativa

Sérgio Nobre - Secretário Geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Sérgio Reze - Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores Volkswagen (ASSOBRAV)

Silvio Meira - Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e fundador do Porto Digital de Recife

Sônia Hess de Souza - Presidente da empresa Dudalina S.A.



Tânia Bacelar - Professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Ubiraci Dantas de Moraes - Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)
Vagner Freitas de Moraes - Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)
Vicente Mattos - Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e Diretor Fundador da Concreta Tecnologia e Engenharia Ltda.
Virginia Gomes de Barros e Silva - Presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE)
Viviane Senna - Presidente do Instituto Ayrton Senna
Wagner Gomes - Secretário Geral da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)
Walter Torre - Presidente da WTORRE S.A.

Conselheiros – Governo

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional
Ministro de Estado da Fazenda
Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Ministro de Estado da Secretaria de Assuntos Estratégicos
Ministro de Estado das Relações Exteriores
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ministra de Estado do Meio Ambiente
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Ministro de Estado Presidente do Banco Central do Brasil



PARECER DE OBSERVAÇÃO nº 5

As Desigualdades na Escolarização no Brasil

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social apresenta o quinto parecer sobre a situação de desigualdades na escolarização brasileira, subsidiado pelas informações e análises formuladas pelo Comitê Técnico do Observatório da Equidade no Relatório de Observação nº 5 (2014).

As recomendações que o Conselho aqui apresenta tomam como base o princípio de que a educação é um direito humano e deve constar sempre como prioridade estratégica para o desenvolvimento brasileiro.

O objetivo de promover o acesso e a qualidade da educação, nos seus diversos níveis e modalidades, integra o esforço da busca pelo melhor atendimento na formação para a cidadania, nas necessidades sociais e econômicas, por maior capacidade de inserção na sociedade do conhecimento, para que a nação possa se adaptar às mudanças tecnológicas e culturais que se impõem com velocidade cada vez maior.

Desde 2005, os pareceres de observação vêm trazendo, periodicamente, o posicionamento do Conselho sobre a situação na escolarização dos brasileiros e recomendações para as ações que deveriam ser priorizadas na política educacional. Foram reiteradas as preocupações com os problemas no acesso, permanência e desempenho educacional na alfabetização, na educação infantil, nos ensinos fundamental e médio, que evidenciam níveis de desigualdades que desfavorecem as populações da zona rural, os mais pobres, os pretos e os pardos.

Apontamos a necessidade de fortalecimento da educação profissional; apoiamos a criação do FUNDEB, que prometia trazer – como de fato o fez – um novo patamar de recursos para a educação; é com essa mesma expectativa que apoiamos a destinação dos *royalties* do pré-sal para a educação; e lamentamos a persistência do analfabetismo, em cujo combate e erradicação temos falhado, governo e sociedade.

O Relatório de Observação nº 5 traz a atualização dos indicadores construídos a partir de informações da PNAD/IBGE, do EducaCenso do INEP/MEC e de outras fontes oficiais referentes a 2012. São revelados avanços, mas os problemas identificados persistem, com pequenas variações em alguns indicadores, porém ainda com manutenção de altos níveis de desigualdade. Aprofundar e acelerar as mudanças nos nossos indicadores educacionais depende de esforços integrados de atores e instituições nas três esferas de governo e em toda a sociedade.

Considerando a distribuição desigual da educação um importante entrave ao desenvolvimento sustentado e à promoção da equidade, a observação da trajetória percorrida pelos indicadores reunidos neste Relatório, entre 2005 e 2012, permite apresentar o seguinte quadro:

- A situação de baixa escolaridade do conjunto da população brasileira e as evidentes desigualdades no acesso e permanência na escola. A média nacional passou de 6,9 anos de estudo em 2005, para 7,9 anos em 2012, ainda abaixo dos 9 anos estabelecidos como ensino fundamental. As distâncias entre os grupos populacionais estão diminuindo, mas a desigualdade persiste: em 2012, a escolaridade média no Nordeste foi de 6,7 anos, enquanto no Sudeste foi de 8,5 anos; na zona rural foi de 5,1 anos, enquanto foi de 8,4 anos na área urbana; entre os pretos e pardos, foi de 7,1 anos, e entre os brancos, 8,7 anos; entre os 20% mais pobres, 5,3 anos; e entre os 20% mais ricos, 10,5 anos;
- A persistência do analfabetismo, que foi reduzido de 11,1% da população em 2005, para 8,7% em 2012, ainda permanece em um patamar elevado e com distribuição desigual. A incidência, em 2012, foi de 17,4% no Nordeste; 21,1% na área rural; 11,8% entre os pretos e pardos; e 15% entre os 20% mais pobres. Tal quadro aponta para problemas nas ações de combate ao analfabetismo: no acesso, na qualidade dos cursos, na integração com o ensino fundamental e com outras modalidades de ensino e, principalmente, para a lentidão no enfrentamento desse problema;



- Mesmo com o aumento significativo da oferta de creche verificado no período, apenas 21,2% das crianças de 0 a 3 anos foram atendidas em 2012 – em 2005, a taxa era de 13%. As piores situações estão na zona rural, apenas 9,4% de atendimento; na região Norte, 7,6%; e região Nordeste, 17,2%; entre os 20% mais pobres, 12,3%; entre os pretos e pardos, 17,8%. Em melhor situação estão as crianças das áreas urbanas: 23,5%, das regiões Sul (30,3%) e Sudeste (25,6%), assim como entre os 20% mais ricos, 41,9%, e entre os brancos, 24,7%;
- O acesso à pré-escola tem avançado mais rapidamente: 78,2% das crianças de 4 a 5 anos de idade frequentaram a escola em 2012 – em 2005, a taxa foi de 62,7%. E a expansão do acesso tem propiciado uma redução das iniquidades nesse nível de ensino: em 2012, frequentaram a escola 80,7% das crianças de 4 a 5 anos em área urbana e 66,7% das crianças dessa faixa etária em área rural; 63% na região Norte e 82% na região Sudeste; 79,9% entre os brancos e 76,9% entre os pretos e pardos; 71,2% entre os 20% mais pobres e 92,5% entre os 20% mais ricos;
- No ensino fundamental regular, em termos de acesso, as desigualdades atualmente são pequenas. A taxa de escolarização – frequência bruta – das crianças entre 6 e 14 anos alcança 98,2% no País, variando de 96,7% na região Norte a 98,7% na região Sudeste; de 98,4% em área urbana a 97,5% no meio rural; de 98% entre os pretos e pardos a 98,5% entre os brancos. Ainda assim, cerca de 500 mil crianças de 6 a 14 anos permaneciam fora da escola em 2012;
- Não podemos nos esquecer do grande contingente de jovens e adultos que não conseguiram obter sequer o ensino fundamental, e que ainda estão muito longe de receber um atendimento adequado, em termos de acesso e qualidade pela Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- O ensino fundamental apresenta, ainda, problema de acesso limitado para alunos com deficiência, mesmo com o grande avanço conquistado nos últimos anos. Em 2005, apenas 18,4% das escolas ofereciam ensino regular com inclusão de alunos com deficiência; em 2012, essa parcela chegou a 53,8% das escolas. Porém, apenas 20% das escolas possuem estrutura de acessibilidade adequada;
- Em termos de qualidade, as taxas de repetência e evasão caíram no período, o que permitiu elevar a taxa de promoção de 73% em 2005 para 86% em 2012, e reduzir a distorção idade-série no ensino fundamental (crianças com mais de 2 anos de atraso) de 28,6% em 2006, para 22,0% em 2012. A distorção idade-série, em 2012, variou de 14,6% na região Sudeste a 32,9% na região Norte; de 19,9% em escolas urbanas a 33,7% em escolas rurais;
- O desempenho nos anos iniciais do ensino fundamental melhora com maior rapidez do que nos anos finais, como demonstra o IDEB. Nos anos iniciais, passou de 3,8 em 2005 a 5,0 em 2011; nos anos finais, de 3,5 a 4,1 no mesmo período. Observando especificamente a rede pública, o IDEB apresenta grande desigualdade entre os estados brasileiros. Nos anos iniciais do ensino fundamental, em 2011, variou entre 3,5 (Alagoas) e 5,8 (Minas Gerais). Nos anos finais, variou entre 2,6 (Alagoas) e 4,7 (Santa Catarina);
- Os indicadores avançam menos no ensino médio. Em 2012, mais de 80% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam na escola, mas apenas 54% cursavam o ensino médio. Em 2005, estavam no ensino médio 45,2% dos jovens nessa mesma faixa etária. A frequência líquida tem melhorado de forma mais acelerada entre os grupos em pior situação, reduzindo as desigualdades que, entretanto, ainda permanecem intensas. A parcela de jovens de 15 a 17 anos cursando o ensino médio, em 2012, foi de 41,3% em área rural e 56,6% em área urbana; de 44,8% na região Nordeste e de 62,5% na região Sudeste; de 62,9% entre os brancos e 47,8 entre os pretos e pardos; de 38,6% entre os 20% mais pobres e de 76,1% entre os 20% mais ricos;
- Em termos de qualidade, a taxa de repetência no ensino médio caiu de 22,6% para 11,1% entre 2005 e 2012, mas a taxa de evasão aumentou no período – de 10,0% para 12,7%. A taxa de promoção passou de 67,4% em 2005 para 76,2% em 2012. A distorção idade-série entre esses estudantes diminuiu de 44,9% em 2006 para 31,1% em 2012; variou de 23% na região Sudeste a 47% na região Norte; e de 30,6% em escolas urbanas a 43,5% em escolas rurais;
- O IDEB do ensino médio tem avançado lentamente, no limite da meta programada, passando de 3,4 em 2005 a 3,7 em 2011. E, também, apresenta grande desigualdade entre os estados brasileiros, variando entre 2,8 (Pará) e 4,3 (Santa Catarina);



- Em 2012, apenas 54,7% dos jovens com 18 a 24 anos concluíram o ensino médio; em 2005, eram 44,0%. O resultado é consequência dos problemas nos vários níveis da educação básica;
- As desigualdades reapresentam-se. Concluíram o ensino médio 58,4% dos jovens moradores de áreas urbanas e 31,9% dos jovens moradores de áreas rurais; 44,8% dos jovens da região Nordeste e 62,7% dos jovens da região Sudeste; 66,1% dos jovens brancos e 45,7% dos jovens pretos ou pardos. Entre os 20% mais ricos, 84,6% dos jovens com 18 a 24 anos concluíram o ensino médio; entre os 20% mais pobres, apenas 27,1%;
- O investimento médio anual por aluno na educação básica cresceu cerca de 210%, em termos reais: de R\$ 1.993, em 2005, para R\$ 4.267 em 2011 (em R\$ constantes de 2011);
- A remuneração dos professores da educação básica tem melhorado, embora lentamente. Em 2012, o rendimento médio desse professor foi equivalente a 51,7% do rendimento médio obtido pelos demais profissionais com nível superior completo – em 2005, recebiam o equivalente a 44,6%;
- Na educação profissional, os indicadores levantados no Relatório apontam alguns avanços. No que se refere à educação profissional técnica de nível médio houve uma expansão da rede que, em 2012, chegou a 23% dos municípios brasileiros – enquanto que em 2005 chegava a 18,5%. Isso propiciou uma expansão no número de matrículas, de 700 mil em 2005, para 1,06 milhão em 2012, com uma ligeira redução na concentração dessas vagas: em 2012, 31,8% dessas matrículas estavam em municípios das capitais – em 2005 eram 33,5%. Esses dados, entretanto, provavelmente não captam os efeitos da implantação do Pronatec, que é mais recente.

Para aprofundar e acelerar os avanços nesse quadro, o **CDES recomenda:**

- A máxima prioridade na construção do Pacto pela Educação, instrumento que pressupõe um modo de governança compartilhado e capaz de mobilizar a população em torno de um objetivo comum. Esse Pacto deve ser orientado pelas metas aprovadas no Plano Nacional de Educação (PNE), contribuindo para o estabelecimento de um regime de maior colaboração e cooperação entre os entes federados, com maior diálogo e participação da sociedade. O PNE indica o sentido, define o escopo e metas do Pacto e coloca os termos com que todos devem se comprometer, em uma ação articulada, que favoreça a cooperação, coordenação e mobilização em torno de uma política nacional de educação, universal e de qualidade.
- É fundamental que o Pacto pela Educação mobilize um diálogo consequente com a reformulação do sistema educacional brasileiro por meio da regulamentação do regime de colaboração entre a União, estados e municípios, com uma concepção de educação como um sistema que funciona de modo a promover formas de interação, integração e cooperação entre os entes federados, o setor privado e as organizações não governamentais, compreendendo a complementariedade entre a formação do cidadão e a preparação para o mundo do trabalho e a vida profissional.

O encaminhamento dessas duas questões é condição necessária para a construção de um ambiente institucional onde a ousadia, a inovação e as melhores práticas possam ser disseminadas, com a velocidade e intensidade desejadas para se avançar na melhoria do sistema educacional brasileiro. Avançar nessas duas dimensões é urgente para que respondam aos seguintes desafios:

1. Institucionalizar a educação de qualidade como política de Estado e prioridade nacional, e fortalecer a diretriz de integralidade do processo educacional e de integração entre educação básica, profissional e universitária;
2. Enfrentar os desafios do ensino médio na relação com a estratégia de formação técnica de qualidade que favoreça a atratividade do ensino médio e se reduza o abandono escolar precoce entre nossos jovens. A expansão da educação profissional integrada ao ensino médio é uma das estratégias para se encaminhar essa questão;



3. Garantir transparência e objetividade na aplicação dos novos recursos do pré-sal nas ações da política de educação em todos os seus níveis e modalidades;
4. Consolidar o critério de equidade na distribuição de recursos para educação e fortalecer a integração de políticas no território, visando reduzir as desigualdades entre as escolas, comunidades e regiões;
5. Priorizar, fortalecer e, sobretudo, monitorar a efetividade das ações para reduzir o analfabetismo absoluto e funcional de jovens e adultos, uma das maiores iniquidades que marcam o nosso País, recolocando-as na pauta das políticas públicas;
6. Dar especial atenção à Educação de Jovens e Adultos (EJA), no ensino fundamental e médio, revertendo a tendência de diminuição da oferta de vagas, ampliando-a para atender ao elevado contingente de pessoas que passaram pelo ensino regular e não completaram sua escolarização;
7. Impulsionar as condições necessárias para o efetivo funcionamento da rede pública de educação infantil, com inovações no atendimento educacional e na gestão;
8. Cuidar com máxima atenção das ações de alimentação e transporte escolar, que se torna ainda mais importante à medida que se expande a rede de educação infantil;
9. Transformar a escola em um espaço aberto para a participação social e instrumento de desenvolvimento da comunidade;
10. Associar as escolas e as secretarias de educação em um processo de mapeamento das necessidades e potencialidades de desenvolvimento local, em parceria e diálogo com os sindicatos, movimentos sociais, empresariado e outras instituições locais;
11. Avançar na valorização e reconhecimento dos trabalhadores em educação, com implantação nacional do piso mínimo e o estabelecimento de programas e ações que estabeleçam maiores oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional aos professores e demais trabalhadores da educação;
12. Intensificar a qualificação pedagógica e de gestão educacional e escolar, acelerando as melhorias na infraestrutura educacional e a disseminação de melhores práticas;
13. Estabelecer uma política educacional integrada com foco nas áreas rurais, que proporcione mais e melhores oportunidades de educação e de desenvolvimento pessoal para as crianças, jovens e adultos que vivem no campo, com a adoção de metodologias apropriadas para a redução dos graves índices de analfabetismo e da baixa escolaridade. Nesse sentido, é importante interromper o acelerado fechamento de escolas rurais, até para que se possa melhor avaliar esse processo.

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
43ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES
Brasília, 05 de junho de 2014



As Desigualdades na Escolarização no Brasil

•••••

Relatório de Observação nº 5

INTRODUÇÃO

O combate às desigualdades é objetivo central da estratégia de desenvolvimento construída pelo CDES, sendo esse um dos mais sólidos consensos que fundamentam suas análises da situação de diferentes dimensões da realidade do País. Sua premissa é que a equidade seja o princípio a reger todas as políticas públicas, bem como as ações dos atores sociais são uma constante.

Na **Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento**, o CDES considera que os avanços dependem, fundamentalmente, da educação, da transição para a economia do conhecimento e da sustentabilidade, da força da indústria, do comércio e do vasto potencial da agricultura, impulsionados pela infraestrutura adequada, pela inclusão produtiva e pelas políticas sociais. Para atingir tais avanços, o Estado precisa estar voltado para atender as demandas da sociedade por meio do desenvolvimento econômico, social, político, ambiental e cultural.

A educação é estruturante do desenvolvimento, pela capacidade de articular políticas públicas pró-equidade, como saúde, cultura, esportes; de potencializar condições de acesso aos direitos, promovendo a cidadania e o desenvolvimento produtivo; de viabilizar a construção cultural para um novo padrão de consumo e convivência na sociedade; e de liberar os potenciais de criatividade e inovação para a produção sustentável de bens e serviços.

No caso brasileiro, o desafio colocado às políticas públicas educacionais é o de superar uma enorme dívida histórica que nos distancia da situação alcançada pelos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que buscamos nos inserir na chamada sociedade do conhecimento. Ou seja, perseguimos o fim das distâncias e desigualdades acumuladas no passado, e precisamos evitar que novas distâncias e desigualdades possam ser geradas no presente.

Em 2006, o CDES apresentou ao Observatório da Equidade a demanda para acompanhar o efeito das políticas educacionais sobre o importante obstáculo ao desenvolvimento: “o nível de escolaridade da população brasileira é baixo e desigual”. Apesar dos avanços recentes no panorama da educação brasileira, em seus diversos níveis e modalidades, o grande problema apresentado pelo CDES permanece central. A observação e o debate com a Rede de Observação, ao longo dos últimos anos, evidenciaram a persistência da má qualidade da educação como um dos aspectos essenciais ao macroproblema.

O debate acompanhando os movimentos nos indicadores educacionais iluminou os efeitos perversos das políticas educacionais, que implementaram o processo pela universalização do acesso à escola, sem a devida preocupação com a qualidade do ensino. A população historicamente excluída do mundo letrado passou a frequentar ambientes escolares empobrecidos em infraestrutura e currículos, além de fechada à participação da comunidade. O quadro de trabalhadores da educação não está suficientemente preparado para o desafio de formar estudantes oriundos do segmento da população mais afetada por dificuldades socioeconômicas, que tornam mais difíceis os ganhos de aprendizagem.

A expansão do acesso à escola sob tais condições não apresenta o resultado desejável no resgate daquela dívida histórica. Avanços recentes não foram ainda suficientes para redirecionar as políticas educacionais, no sentido de uma educação de qualidade, para a população como um todo, em especial para os mais pobres. Ainda persiste o fenômeno do analfabetismo, tanto em estoque relativo à população mais idosa, como na produção de analfabetos funcionais entre estudantes que frequentam as salas de aula. Preocupante, também, é a persistência da distorção idade-série, que significa dois ou mais anos de atraso na escolarização em relação à faixa etária adequada. Esse fenômeno, produzido pelo ingresso tardio, repetências, evasões e reingressos, constitui um sinal de ineficiência, que também significa uma sobrecarga para o sistema educacional em termos fiscais e financeiros. Para o estudante, o atraso representa um grande fator de desmotivação, além de prejuízo para a inserção futura no mundo do trabalho.

Apesar da inclusão da educação infantil na legislação, na política educacional e na distribuição de recursos do FUNDEB, do esforço de municípios para ampliar o atendimento e da prioridade aplicada à questão pelo governo federal, ainda é expressivo o contingente de crianças entre 0 e 5 anos de idade sem acesso à creche e à pré-escola. Um aspecto importante a ser destacado é a mudança de paradigma no



atendimento às crianças nessa faixa etária, em que o cuidado executado por auxiliar ou pajem precisa ser transformado em trabalho educativo realizado por professores formados, o que exige esforço tanto na ampliação de vagas, quanto na formação de professores para a educação infantil. A escolarização infantil é fundamental para desenvolver nas crianças as bases cognitivas para as futuras aprendizagens.

As razões para o problema da baixa escolaridade e da pouca qualidade na formação dos estudantes estão localizadas em aspectos relacionados a financiamento, distribuição de recursos, gestão educacional e escolar, professores, matrículas, desempenho escolar e estudantil. Indicadores acompanhados pelo Observatório da Equidade para monitorar os movimentos no acesso, permanência e qualidade apresentam uma evolução linear entre 2005 e 2012, com ligeira tendência para melhora, permitindo uma análise geral de que há avanços, porém lentos, aquém da inflexão que se faz necessária.

Os recursos destinados à educação, mesmo com os importantes incrementos recentes, são insuficientes em todos os requisitos necessários à educação de qualidade – infraestrutura, financiamento, gestão em regime de colaboração entre os entes federados, gestão escolar, pessoal com qualificação para o trabalho pedagógico. A definição da destinação às políticas de educação dos recursos originados no pré-sal permite boas expectativas, mas sem ilusões de que consistirá, isoladamente, na solução da questão do financiamento da educação no País. Estimativas apresentadas pelo MEC apontam para um reforço crescente no financiamento da educação, que poderá chegar a 3 bilhões de reais em 2015; R\$ 11 bilhões em 2018; e R\$ 21,5 bilhões em 2022 (MEC, 2013)¹.

O desafio de promover de forma intensificada, equânime e mais acelerada o aumento do nível de escolaridade da população brasileira e da qualidade da educação traz importantes implicações e exige mudanças substanciais. Uma das principais envolve o aumento significativo do investimento público e controle social sobre a aplicação obrigatória dos recursos, o que significa uma opção política do conjunto da sociedade. O investimento atual em educação é bem inferior ao de outros países com menor população e sem a dívida social histórica que tem o Brasil.

Outra questão, não menos importante, é a necessidade de regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados, na divisão das responsabilidades estatais na educação, prevista na Constituição Federal de 1988, ainda pendente de aprovação no Congresso Nacional. Sendo isto viabilizado, será possível avançar na construção de um sistema educacional nacional. A falta dessa regulamentação significa dificuldades de gerenciamento, de definição de diretrizes e responsabilidades pela coexistência de uma pluralidade de sistemas educacionais, muitas vezes, sobrepondo recursos e ações.

No nível da gestão pública da educação nos municípios, nos estados e na União, a complexidade do desafio envolve a avaliação e o direcionamento da atenção gerencial para as redes e escolas que mais necessitam de apoio técnico e financeiro, e na identificação dos principais eixos de ação pró-equidade. O objetivo a ser perseguido é o de garantir o direito de acesso, permanência e sucesso de todos, em um sistema educacional de qualidade, eliminando o analfabetismo e formando cidadãos letrados e informados, inseridos em uma cultura de formação continuada e que lhes permita acompanhar as mudanças tecnológicas e contribuir com o aumento da produtividade da economia.

É igualmente importante promover mudanças não apenas nos indicadores educacionais, baseados em estatísticas que nem sempre retratam a complexidade das situações, mas, principalmente, no ideário social, a respeito do valor do trabalho educacional e do que é esperado na formação das novas gerações. Nesse sentido, é fundamental a formação da consciência cidadã de que a educação de um povo é responsabilidade de todos e a todos deve atingir. Para tanto, o fortalecimento da relação entre escola e comunidade é um caminho repleto de possibilidades para as transformações imprescindíveis que o quadro atual da escolarização aponta. A escola é um local privilegiado para o papel não apenas de disseminação de saberes, mas, também, da construção da cidadania e da participação social.

A análise das questões relacionadas à educação básica apresentada neste Relatório está pautada nos desafios considerados estratégicos, pelo CDES, para o desenvolvimento, e apresenta a evolução de alguns indicadores para as etapas e modalidades de ensino. O quadro de indicadores representativos dos problemas acompanhados pelo Observatório da Equidade acompanha a análise.

¹ Apresentação proferida pelo então Secretário-Executivo do MEC, José Henrique Paim, em reunião com os conselheiros do CDES (22/08/2013). Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/documento/3345180/apresentacao-ministerio-da-educacao-pacto-pela-educacao-2013.html>

Educação Básica: qual o universo da política

O desenho de uma cartografia e dimensionamento do trabalho envolvido na educação básica é o ponto de partida da análise das desigualdades na escolarização e identificação de alguns desafios para promover mudanças na formação das pessoas, com a rapidez e foco exigidos pelo crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico previsto para os próximos anos.

As etapas e modalidades de ensino da Educação Básica são: Educação Infantil (creche e pré-escola); Ensino Fundamental (nove séries); Ensino Médio, que compreende, também, o normal/magistério e integrado à Educação Profissional (três séries); Educação Especial; Educação de Jovens e Adultos (EJA – etapas fundamental e médio), e Educação Profissional (nas modalidades concomitante e subsequente). Embora reconhecendo que o quadro aqui desenhado não contemple toda a complexidade deste universo, este é composto pelas seguintes variáveis: matrículas, número de estabelecimentos e matrículas por dependência administrativa; proporção da população que frequenta estabelecimentos por nível de escolaridade e rede de ensino (pública ou privada), número e escolaridade de professores nas etapas e modalidades de ensino; avaliação de qualidade do ensino por resultado no IDEB.

Atendimento educacional: matrículas

O número total de matrículas na educação básica está em queda, de modo consistente, em todas as regiões. À primeira vista, tal fato poderia ser justificado pela transição demográfica em curso – com a redução dos nascimentos, os estratos populacionais mais jovens estão, de fato, diminuindo seu contingente. Entretanto, como ficará mais claro adiante, em outras seções deste Relatório, há considerável percentual de crianças e jovens ainda fora da escola, na educação infantil e no ensino médio. O público potencial do EJA, que são os jovens e adultos com escolaridade obrigatória incompleta (menos de 11 anos), também é grande, o que torna a queda do total das matrículas na educação básica bem mais complexa.

Frente aos dados de 2009, publicados na edição anterior deste Relatório, outros movimentos merecem ser destacados. Há um importante crescimento na educação infantil, concentrado nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, que aumentam suas matrículas nessa etapa entre 12% e 16%. As regiões Nordeste e Norte, infelizmente, apresentam desempenho de quase estagnação. É no ensino fundamental que os efeitos combinados da transição demográfica e da melhoria do fluxo escolar – redução da repetência – reduzem o número de matrículas, sem que, no entanto, seja diminuída a taxa de acesso que permanece na casa dos 97% (tabela 1).

Tabela 1 – Matrículas na Educação Básica, por etapas e modalidade de ensino. Brasil e Regiões Geográficas – 2012

	Etapa e Modalidade de Ensino ¹						
	Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental ²	Ensino Médio	Educação Especial ³	Educação de Jovens e Adultos ⁴	Educação Profissional ⁵
	100%	14,4%	58,8%	16,6%	0,4%	7,7%	2,1%
Brasil	50.545.050	7.295.512	29.702.498	8.376.852	199.656	3.906.877	1.063.655
Norte	5.159.675	573.995	3.224.439	772.578	9.262	521.401	58.000
Nordeste	15.227.827	2.092.771	9.076.655	2.354.227	21.638	1.538.222	144.314
Sudeste	19.958.462	3.193.491	11.339.899	3.474.504	98.242	1.219.411	632.915
Sul	6.551.598	959.446	3.847.399	1.141.452	56.665	369.730	176.906
Centro-Oeste	3.647.488	475.809	2.214.106	634.091	13.849	258.113	51.520

Fonte: MEC/INEP/DEED.

Notas:

1. O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
2. Ensino Fundamental: inclui matrículas das turmas do ensino fundamental de 8 e 9 anos.
3. Educação Especial: matrículas em classes especiais e escolas inclusivas.
4. Educação de Jovens e Adultos: inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial e integrada à educação.
5. Educação Profissional: matrículas nas modalidades concomitante e subsequente.



No ensino médio o cenário é de estagnação no volume de matrículas. O baixo crescimento é a regra, sendo que no caso da região Nordeste há inclusive redução no número de estudantes nesse nível, em relação a 2009. Na educação profissional² percebe-se um crescimento significativo no número de matrículas em todas as regiões, em especial nas regiões Nordeste e Sudeste. Enquanto que na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a queda no número de estudantes vem ocorrendo já há vários anos, e em todas as regiões, sendo mais intensa no Sudeste. Nas próprias palavras do INEP (2013), esta trajetória é preocupante³:

“Segundo dados da PNAD/IBGE 2011, o Brasil tem uma população de 56,2 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não frequentam a escola e não têm o ensino fundamental completo. Esse contingente é uma clientela potencial a ser atendida pela EJA. Os números são contundentes, ou seja, o atendimento à EJA é muito aquém do que poderia ser. Essa questão precisa ser mais bem analisada, e os dados do Censo podem contribuir para o diagnóstico e a proposição de políticas de ampliação da oferta dessa modalidade de ensino.”

Depreende-se das Tabelas 1 e 2 que o atendimento público e privado nas etapas e modalidades de ensino na educação básica, em 2012, no Brasil, ultrapassou 50,5 milhões de matrículas. No que se refere ao custo-aluno, dados do INEP/MEC para 2011 apontam para um investimento de R\$ 4.267,00 por aluno da educação básica, o que é 115% maior do que o de 2005, e 12% superior ao de 2010 – já descontada a inflação, pelo IPCA.

Já o ensino fundamental regular concentra 59% das matrículas, e a partir de 2005 cresceu em mais de 100% seu respectivo investimento direto por estudante, já descontada a inflação. Nos anos iniciais do ensino fundamental, em 2011, o investimento por aluno foi calculado em cerca de R\$ 4.341,00 – foi de R\$ 2.157,00 em 2005; nos anos finais, o investimento por aluno foi cerca de R\$ 4.401,00 em 2011 – e de R\$ 2.054,00 em 2005.

Chama a atenção a menor quantidade de matrículas no ensino médio em relação ao ensino fundamental. A baixa taxa de frequência da população ao ensino médio, para além dos importantes fatores sociais que a determinam, pode ser também atribuída ao menor investimento nesse segmento, tanto em termos financeiros quanto em termos pedagógicos, de modernização dos currículos e das práticas de ensino. E nem sempre a oferta de vagas no ensino médio está próxima e acessível de fato, o que constitui problema, em especial, para os jovens do campo e das periferias urbanas mais carentes.

Apenas muito recentemente o ensino médio foi alvo de uma elevação no investimento por aluno. Conforme os dados apresentados na Tabela 2, na virada do século, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio investia-se em torno de R\$ 1.600,00 por estudante – com uma situação já um pouco inferior para o ensino médio. Até 2005, os aumentos no investimento por aluno do ensino fundamental não foram seguidos pelo ensino médio que, ao contrário, reduziu seu patamar. Só a partir de 2006 e 2007, com a implementação do FUNDEB, é que o nível de recursos investidos no ensino médio começa a reagir.

Quanto ao investimento político e tecno-pedagógico no ensino, tem sido quase unânime a análise de que esse nível de ensino precisa de urgente redefinição de seu papel na formação da juventude, de transformações em sua relação com a sociedade e suas demandas, de atualização de conteúdos, metodologias e linguagens. É preciso atrair os adolescentes e facilitar o acesso. Ademais, é necessário reconhecer e aprender como lidar com os jovens que já estão vivenciando no cotidiano a realidade da sociedade do conhecimento e suas novas formas de aprendizagem e compreensão do mundo.

² Aqui consideradas apenas as matrículas nas modalidades concomitante e subsequente ao ensino médio. A modalidade de Formação Inicial e Continuada, parte integrante do Pronatec, com cursos ofertados para estudantes de escolaridade mais baixa, não está aqui incluída.

³ INEP – Censo da educação básica: 2012 – resumo técnico. Brasília, INEP, 2013.

Tabela 2 – Estimativa do investimento público direto em educação por estudante, em R\$ constantes de 2011 (Atualizados pelo IPCA), por nível de ensino – Brasil – 2000 a 2011

Ano	Investimento Público Direto por Estudantes							
	Todos os níveis de ensino	Educação Básica	Educação Infantil	Níveis de Ensino		Ensino Médio	Educação Superior	Proporção da Educação Superior sobre Educação Básica (Estudante)
				Ensino Fundamental	Ensino Superior			
				De 1ª a 4ª série ou anos iniciais	De 5ª a 8ª série ou anos finais			
2000	1.962	1.633	1.867	1.606	1.639	1.557	18.050	11,1
2001	2.031	1.693	1.686	1.587	1.786	1.772	17.839	10,5
2002	2.026	1.678	1.588	1.854	1.721	1.247	16.912	10,1
2003	2.029	1.704	1.827	1.796	1.706	1.432	14.818	8,7
2004	2.147	1.822	1.947	1.928	1.949	1.333	15.001	8,2
2005	2.282	1.933	1.843	2.157	2.054	1.348	15.255	7,9
2006	2.657	2.307	1.995	2.375	2.608	1.844	15.385	6,7
2007	3.047	2.695	2.435	2.833	2.952	2.161	16.309	6,1
2008	3.524	3.097	2.596	3.248	3.466	2.497	17.370	5,6
2009	3.814	3.353	2.568	3.614	3.769	2.635	17.576	5,2
2010	4.353	3.813	3.134	4.110	4.159	3.153	19.410	5,0
2011	4.916	4.267	3.778	4.341	4.401	4.212	20.690	4,8

Fonte: INEP/MEC – Tabela elaborada pela DEED.

Notas:

- Utilizaram-se os seguintes grupos de natureza de despesa: pessoal ativo e encargos sociais; outras despesas correntes; investimentos e inversões financeiras;
- Não se incluem nessas informações as seguintes despesas: aposentadoria e reformas, pensões, recursos para bolsa de estudos e financiamentos estudantis, despesas com juros e encargos da dívida e amortização da dívida da área educacional, e a modalidade de aplicação: transferências correntes e de capital ao setor privado;
- Os investimentos em educação especial, educação de jovens e adultos e educação indígena foram distribuídos na educação infantil, no ensino fundamental anos iniciais e anos finais e no ensino médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No ensino médio estão computados os valores de educação profissional (concomitante, subsequente e integrado);
- A educação superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de Graduação (exceto cursos sequenciais) e cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado (excetuando-se a especialização *Lato Sensu*);
- Esses dados referem-se aos investimentos em educação consolidados do governo federal, dos estados e do Distrito Federal, e dos municípios;
- Para os anos de 2000 a 2003 estão contabilizados, na área educacional, os valores despendidos pelo governo federal para o Programa Bolsa-Escola;
- Entre os anos 2000 a 2005: para os dados estaduais foi utilizado, como fonte de informação, um trabalho técnico realizado pelo INEP, diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente;
- A partir de 2006 utilizou-se, como fonte de dados estaduais e municipais, o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação – SIOPE, administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;
- Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/STN, para todos os anos;
- Para o cálculo dos valores de Investimentos Educacionais utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC; Secretaria do Tesouro Nacional – STN; FNDE; Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Caixa Econômica Federal – CEF; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Os municípios, responsáveis pelos anos iniciais da educação básica, concentram a maior parte do atendimento escolar tanto na quantidade de alunos quanto de estabelecimentos públicos. Atendendo principalmente às crianças da pré-escola e do ensino fundamental, é também responsável pelo maior número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Respectivamente, nas escolas municipais estão 70% das matrículas na educação infantil; 55% no ensino fundamental; e 42% no EJA. A rede estadual de ensino, responsável prioritariamente pelo ensino médio – 85% das matrículas, atende também 30% das matrículas de ensino fundamental e cerca de 54% no EJA (tabela 3).

Tabela 3 – Matrículas na educação básica, por etapas e modalidade de ensino e por dependência administrativa – Brasil e Regiões Geográficas – 2012

	Matrícula na Educação Básica				
	Total ¹	Federal	Estadual	Municipal	Privado
Brasil	50.545.050	276.436	18.721.916	23.224.479	8.322.219
Educação Infantil	7.295.512	2.554	57.825	5.129.749	2.105.384
Ensino Fundamental²	29.702.498	24.704	9.083.704	16.323.158	4.270.932
Ensino Médio	8.376.852	126.723	7.111.741	72.225	1.066.163
Educação Profissional³	1.063.655	105.828	330.174	20.317	607.336
Educação Especial⁴	199.656	749	22.213	35.263	141.431
Educação de Jovens e Adultos⁵	3.906.877	15.878	2.116.259	1.643.767	130.973

Fonte: MEC/INEP/DEED.

Notas:

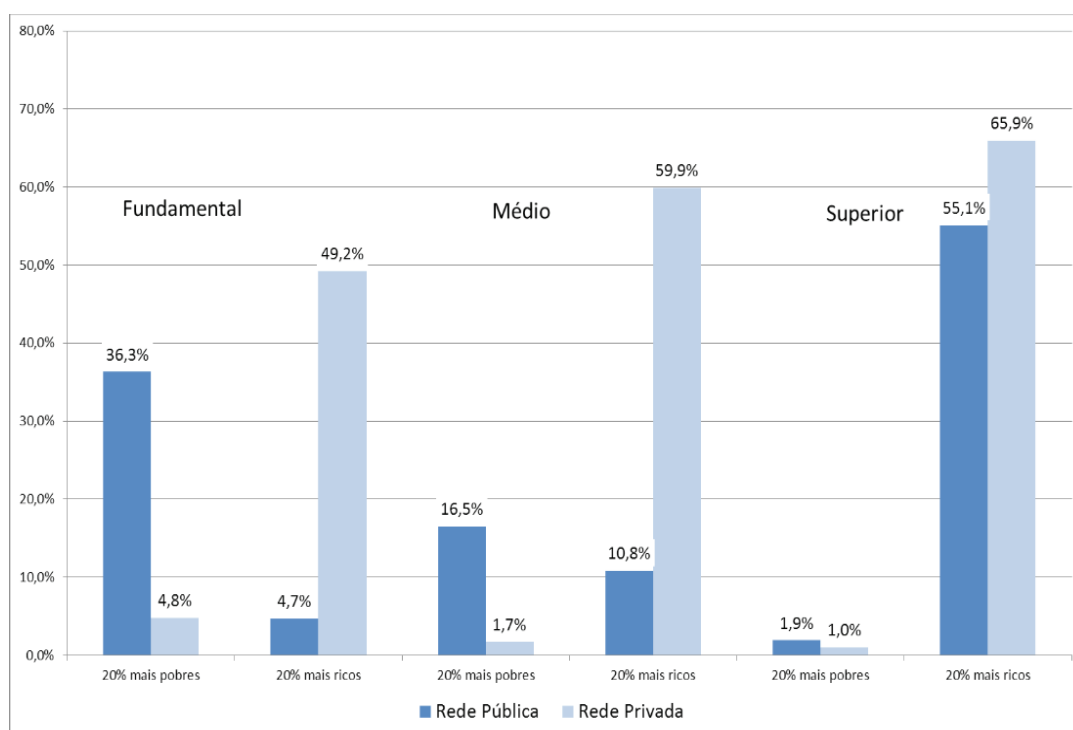
- O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
- Ensino Fundamental: inclui matrículas das turmas do ensino fundamental de 8 e 9 anos.
- Educação Profissional: matrículas nas modalidades concomitante e subsequente.
- Educação Especial: matrículas em classes especiais e escolas inclusivas.
- Educação de Jovens e Adultos: inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial e integrada à educação profissional de nível médio.



A rede privada vem expandindo o seu número de estudantes, ampliando inclusive a sua participação relativa. Foi responsável em 2012 por 29% das matrículas na educação infantil; 14,4% no ensino fundamental; e 12,7% no ensino médio; números mais elevados, em torno de 1 a 2 pontos percentuais, em comparação com os dados de 2009. O setor privado é particularmente relevante na oferta de educação profissional, onde respondeu por 57% das matrículas em 2012; e na educação especial em instituições especializadas, onde detém 71% das vagas (tabela 3).

Para além da constatação evidente de que na rede pública se encontra a maioria de estudantes pertencentes aos estratos de menor renda, ao passo que ocorre o contrário na rede privada, a comparação com os dados de 2005 revela alguns movimentos⁴. A participação dos mais pobres na rede privada, por exemplo, aumentou – tanto no ensino fundamental quanto no médio. E, apesar de se manter predominante, a participação dos mais ricos diminuiu bastante, pois não só os 20% mais pobres, mas também os demais estratos médios de renda, aumentaram seu acesso à rede privada. No que se refere à rede pública, a elevação significativa da participação dos 20% mais pobres no ensino médio é um ponto a ser destacado, pois sinaliza para um maior acesso dessa parcela da população a esse nível de ensino (gráficos 1a e 1b).

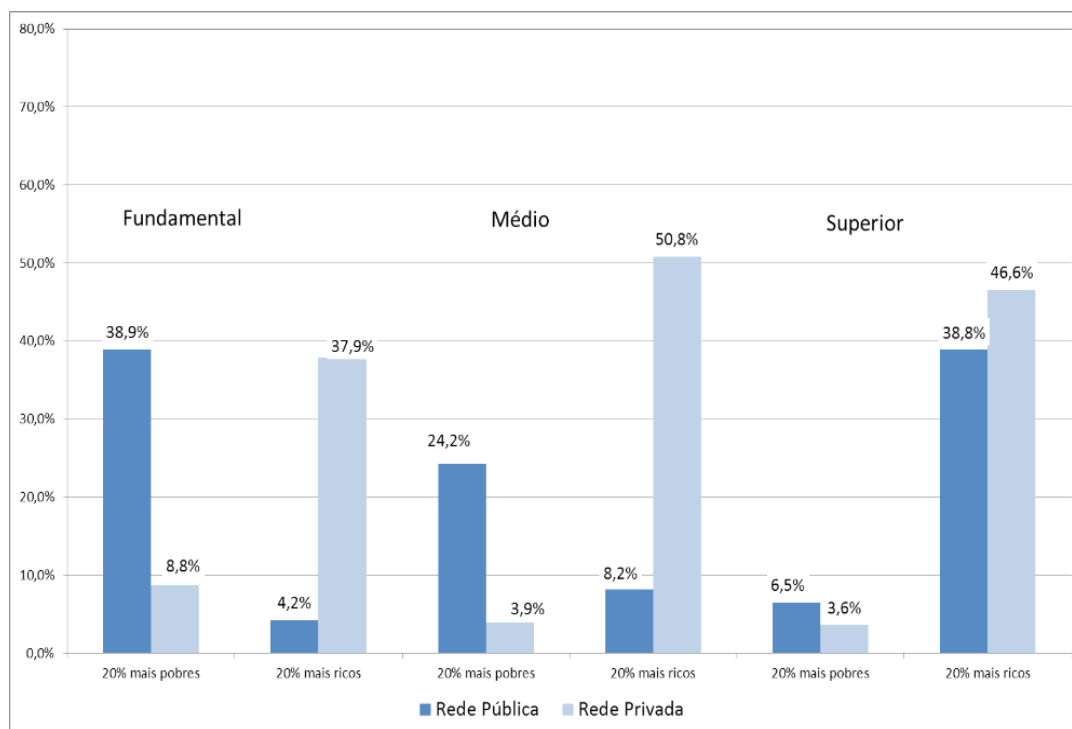
Gráfico 1a – Estudantes das redes pública e particular. Distribuição percentual por quintos de rendimento familiar *per capita* – Brasil – 2005



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

⁴ Se na educação básica o atendimento por meio de rede pública é hegemônico, no que se refere ao ensino superior a situação se inverte: dados da PNAD 2012 apontam que a rede privada concentra 75% das matrículas no ensino superior. Mesmo com o significativo aumento ocorrido nos últimos anos no número de vagas e de instituições públicas de nível universitário e tecnológico, a diminuição dessa concentração foi pequena. Fonte: IBGE – Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Tabela 3-15.

Gráfico 1b – Estudantes das redes pública e particular. Distribuição percentual por quintos de rendimento familiar *per capita* – Brasil – 2012



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nesse sentido, a comparação dos dados de 2005 e 2012 relativos à presença de indivíduos pertencentes aos estratos mais baixos de renda no nível superior é surpreendente. Se, em 2005, apenas 1,9% dos alunos das instituições públicas de nível superior estavam entre os 20% mais pobres, em 2012 o percentual chegou a 6,5%. Nas instituições privadas, a trajetória é semelhante; de 1,0% dos alunos em 2005 para 3,6% em 2012. Sem dúvida, o acesso dos estratos de menor renda ao ensino superior continua bastante restrito. Mas, é significativo o aumento do acesso conquistado nesse período (gráficos 1a e 1b).

Estabelecimentos de ensino

Em termos absolutos, de acordo com os dados apresentados na tabela 4, o número de estabelecimentos de educação infantil cresceu, em processo liderado pelas instituições municipais e privadas. No ensino fundamental, há uma queda no número de escolas tanto na rede municipal quanto na rede estadual. A rede estadual de ensino médio apresenta expansão no número de estabelecimentos, assim como a rede privada, e é proporcionalmente importante a expansão da rede federal.

Em relação aos dados de 2009, a educação profissional apresenta aumento de cerca de 20% no número de instituições, com expansões importantes nas redes federal, estadual e privada. Contudo, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) sofre uma redução de 10% dos estabelecimentos ofertantes, nas redes estadual, municipal e privada⁵.

5 Dados da Sinopse Estatística da Educação Básica, vários anos.



Tabela 4 – Número de estabelecimentos de educação básica por dependência administrativa e nível/modalidade de ensino – Brasil – 2012

Número de Estabelecimentos de Educação Básica					
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
Brasil	192.676	490	31.397	122.729	38.060
Educação Infantil	116.567	24	1.123	85.424	29.996
Ensino Fundamental	144.705	46	25.749	96.921	21.989
Ensino Médio	27.164	364	18.523	392	7.885
Educação Profissional	4.161	2	720	1.621	1.818
Educação Especial	4.285	379	1.158	105	2.643
Educação de Jovens e Adultos	36.826	191	10.903	24.765	967

Fonte: MEC/INEP/DEED.

Notas:

1. O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa/modalidade de ensino.
2. Estabelecimentos em atividade.

Considerando que as escolas, além da tradicional sala de aula, precisam ser dotadas de uma infraestrutura educacional para favorecer as condições de aprendizagem dos estudantes, o Observatório da Equidade acompanha a evolução da implantação de bibliotecas, laboratórios de informática e ciências, quadra de esportes, aparelhos eletrônicos de som e imagem, e acesso à internet. As tabelas 4 e 5 apresentam, respectivamente, o número de estabelecimentos por dependência administrativa e o percentual de escolas de ensino fundamental e médio que ainda precisam receber investimento para implantar tais condições.

Tabela 5 – Distribuição de escolas públicas sem infraestrutura educacional, ponderado por número de matrículas (%) Brasil – 2005 e 2012

	Distribuição de Escolas			
	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2005	2012	2005	2012
Biblioteca ou sala de leitura	55	25	36	8
Laboratório de informática	63	19	37	4
Laboratório de Ciências	--	--	48	43
Quadra de esportes	44	40	20	18
Internet	56	18	--	4
Acessibilidade adequada	--	65	--	58

Fonte: MEC/INEP/DEED.

Ainda que fosse desejável que se fizesse mais em sete anos, os indicadores apontam os resultados do investimento feito na melhoria da infraestrutura educacional e de acessibilidade. Bibliotecas, laboratórios de informática, acesso à internet, e equipamentos de som e imagem foram implantados nas escolas, apesar de ainda haver muitas escolas sem esses recursos – em torno de 20% dos alunos do ensino fundamental estudam em escolas sem ao menos um desses itens.

Com relação à disponibilidade de “quadras de esportes”, 40% dos alunos do ensino fundamental estudam em escolas que não as possuem. Falta um espaço que seria destinado não só ao desenvolvimento físico dos estudantes e à prática e formação de atletas, mas também um potencial espaço para atividades de socialização e de relacionamento com a comunidade. Sem tal equipamento, perde-se em possibilidade de transversalizar ações educativas, culturais e esportivas. O tamanho da escola e seu terreno, quando pequenos, constituem, no entanto, impeditivo para a universalização desse recurso.

Inadmissível, porém, é a baixa adequação das dependências e vias de acesso a portadores de deficiência – 65% dos alunos do ensino fundamental frequentam escolas sem condições adequadas de acessibilidade. Se por um lado a situação atual é melhor frente à encontrada em 2005, esse alto grau de dificuldade imposto aos estudantes com deficiência constitui um óbice à trajetória da inclusão no ensino regular.

No caso da infraestrutura das escolas de ensino médio, a situação evoluiu com a presença dos itens “internet”, “biblioteca ou sala de leitura” e “laboratório de informática”, chegando a escolas responsáveis por mais de 90% dos estudantes. A presença dos itens “quadra de esportes” e “laboratório de ciências” avançou muito pouco no período observado. Especificamente os “laboratórios de ciências” foram implantados em apenas 5% das escolas de ensino médio nos últimos quatro anos. Esses laboratórios representam condição essencial para a aprendizagem e desenvolvimento do pensamento científico e competências investigativas, importantes para o futuro profissional dos estudantes.

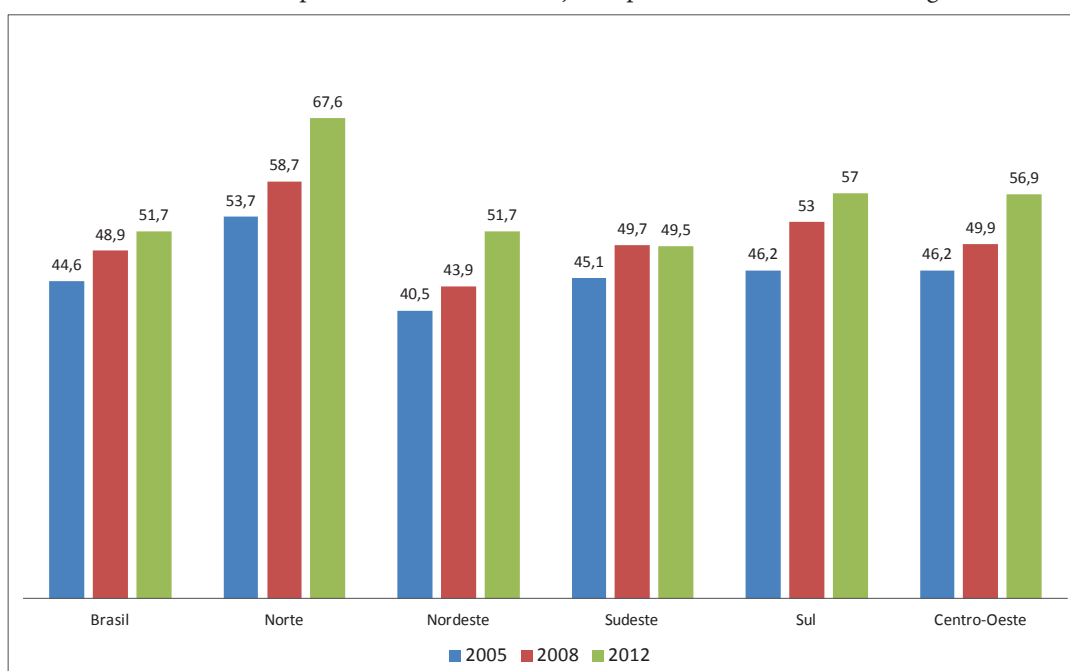
As escolas do campo são as que estão em piores condições de infraestrutura para receber estudantes – pelo Censo Escolar de 2010, quase 15% não possuem sequer energia elétrica. Cerca de 90% das escolas não possuem biblioteca e 80% delas não dispõem de laboratório de informática. Menos de 1% dos estabelecimentos de ensino no campo estão equipados com laboratórios de ciências. E é importante lembrar que a pequena melhoria recente nesses indicadores, que permanecem muito graves, também é consequência do forte – e controverso – processo de nucleação e fechamento de escolas rurais, que fechou 41 mil escolas rurais na última década⁶.

Ainda que não tenhamos indicadores da manutenção das instalações escolares, não faltam reportagens mostrando a depreciação, mau funcionamento, depredação e até falta de segurança nas escolas. Isto é um indicativo de que a escola precisa transformar seu agir social e pedagógico, orientado por um novo paradigma, abrindo-se à participação da comunidade à qual atende, para estabelecer com esta uma relação de parceria, buscando novas formas de se relacionar com o processo ensino-aprendizagem que sejam capazes de apoiar e atrair os estudantes para a aquisição e construção do conhecimento.

Professores

Os mais de 2 milhões de professores que atuam na educação básica estão concentrados nos ensinos fundamental e médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Apesar da adoção, a partir de 2008, de um piso salarial para a categoria, há estados e municípios que ainda não cumprem a lei, persistindo ainda uma situação de desigualdade salarial acompanhada da desvalorização social à qual vem sendo submetida essa categoria, tanto por parte do Estado quanto pela comunidade.

Gráfico 2 – Rendimento médio dos professores de Educação Básica em relação ao rendimento médio dos demais profissionais com Educação Superior – Brasil e Grandes Regiões



Fonte: Todos pela Educação a partir da PNAD/IBGE.

6 <http://revistaescola.abril.com.br/educacao-rural>. Ver também em: IPEA – Políticas Sociais: acompanhamento e análise, n. 20. Brasília, 2012.



Conforme dados elaborados pelo Todos pela Educação (TPE), a partir da PNAD/IBGE, o rendimento dos professores da educação básica vem melhorando lentamente, quando comparado ao conjunto das demais profissões de nível superior. Mesmo assim, a remuneração do professor fica pouco acima da metade da remuneração média dos demais profissionais de nível superior. O salário do professor em início de carreira também mostra uma trajetória recente positiva, mas ainda pouco promissora: segundo estudo publicado pelo IPEA, o salário de admissão dos novos professores de nível superior no ensino fundamental e na educação infantil cresceram entre 15% e 18% entre 2009 e 2012; ainda assim, perfilam junto às profissões de nível superior de menor remuneração⁷.

Tabela 6 – Evolução do Valor do Piso Nacional do Magistério – Lei 11.738/2008

Ano	Piso Nacional do Magistério (R\$)	Índice de Reajuste (%)	IPCA Anual (%)
2008	950,00	-	-
2009	950,00	0,00	4,31
2010	1.024,00	7,79	5,91
2011	1.187,00	15,84	6,50
2012	1.451,00	22,23	5,84
2013	1.567,00	7,97	5,91

Fonte: MEC. Elaboração: TCU (2013).

Para a consolidação e aprofundamento deste movimento, certamente, é de suma importância a efetiva implantação do Piso Nacional do Magistério, que tem sido reajustado sempre acima da inflação – ainda que o aumento obtido em 2013 possa ter sido considerado frustrante frente aos reajustes de 2011 e 2012, e, principalmente, dada a situação precária do nível dos rendimentos dos professores. O simples cumprimento da Lei do Piso ainda é um desafio: segundo o MEC, 24 redes estaduais remuneraram os professores aplicando o piso salarial, mas apenas 8 cumprem com a destinação de 1/3 da jornada para atividades fora de sala de aula – preparação de aulas, coordenação pedagógica, formação continuada etc. Levantamento semelhante realizado pela CNTE apontou situação mais grave: 19 estados pagam salários de acordo com o piso, mas apenas 5 cumprem com a questão do 1/3 da jornada⁸.

Também grave é a situação apontada por relatório recente do TCU⁹, no que diz respeito à precariedade do vínculo profissional do docente. A partir da análise dos dados do Censo Escolar 2012, apontou-se que cerca de 30% dos professores da rede estadual são temporários, ou seja, não são concursados, nem sequer CLT. E, em pelo menos 10 estados, o percentual de professores com contrato temporário se aproxima ou supera os 50%.

7 Maciente, A, Nascimento, P, e Assis, R. – As ocupações de nível superior com maiores ganhos salariais entre 2009 e 2012 (anexo). Radar, n. 27. Diset/Ipea, junho de 2013.

8 TCU - Relatório de Auditoria (Fiscalização nº 177/2013). Relatório de Auditoria coordenada no ensino médio. TCU: Brasília, março de 2014.

9 TCU - Relatório de Auditoria (Fiscalização nº 177/2013). Relatório de Auditoria coordenada no ensino médio. TCU: Brasília, março de 2014.

Tabela 7 – Número e escolaridade de professores da educação básica nas etapas e modalidades de ensino – Brasil – 2012

Número e Escolaridade de Professores da Educação Básica nas Etapas e Modalidades de Ensino							
Modalidade de Ensino	Total	Ensino Fundamental	Ensino Médio		Ensino Superior		
			Normal/Magistério	Ensino Médio	Com licenciatura	Sem licenciatura	Sem licenciatura c/ complemento pedagógico
Educação Básica	2.101.408	8.339	335.418	115.456	1.418.418	223.777	112.233
Educação Infantil	443.405	3.832	125.860	31.675	255.530	26.508	18.561
Ensino Fundamental	1.405.552	4.200	207.292	67.248	1.006.028	120.784	68.991
Ensino Médio	497.797	262	6.411	16.201	406.521	68.402	27.545
Educação Profissional	71.896	42	393	6.241	18.142	47.078	11.527
Educação Especial	29.492	61	3.073	932	23.048	2.378	1.687
Educação de Jovens e Adultos	253.630	562	23.581	12.978	188.503	28.006	14.520

Fonte: MEC/INEP/DEED.

Notas:

1. Professores são os indivíduos que estavam em efetiva regência de classe em 27/05/2009.
2. Não inclui os professores de turmas de atividade complementar.
3. Professores (ID) são contados uma única vez em cada Unidade da Federação, porém podem ser contados em mais de uma UF.
4. Inclui professores de turmas do ensino fundamental de 8 e 9 anos.
5. Inclui professores de turmas Multi e Correção de Fluxo do ensino fundamental de 8 e 9 anos.
6. Ensino Médio Normal/Magistério: Inclui os professores do Magistério Específico Indígena.
7. Inclui professores de turmas de Ensino Médio, Ensino Médio Integrado e Ensino Médio Normal/Magistério.
8. Inclui professores de turmas Concomitantes e Subsequentes.

Em relação à formação, continua o processo de melhoria no número de professores da educação básica com licenciatura, porém, no ensino fundamental 28% ainda não são licenciados, e na educação infantil, o percentual sobe para 42%. Esses dados apontam para a necessidade de um esforço para elevar a qualificação de cerca de 680 mil professores, dos quais cerca de 400 mil no ensino fundamental e outros 180 mil na educação infantil.

Ainda segundo o mesmo relatório divulgado pelo TCU¹⁰, em 2012, havia um déficit de mais de 32 mil professores com formação específica na rede pública estadual – responsável por 85% das matrículas do nível médio, ou 98% das matrículas se considerarmos apenas a rede pública. Destaque-se o déficit de 9,9 mil professores de Física; 4,8 mil de Química; 4,6 mil de Sociologia; 3,4 mil de Filosofia; 2,9 mil de Artes; 1,4 mil de Matemática e 1,2 mil de Português.

Cerca de 46 mil professores das redes estaduais de ensino médio não tinham formação específica em nenhuma das 12 disciplinas obrigatórias do currículo, e talvez possam ser alvo de um programa de estímulo à formação nas disciplinas deficitárias. Além disso, há o contingente de professores cedidos a outros órgãos ou alocados em atividades administrativas nas escolas ou na Secretaria de Educação – grupo que chega a 60 mil professores, apenas nas 20 UFs que responderam a esta solicitação de informações específica.

Desempenho educacional

O desempenho das escolas pode ser avaliado por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, cujo resultado pretende refletir a qualidade educacional, sintetizando informações de desempenho dos estudantes do ensino fundamental e médio em exames padronizados e informações sobre rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino). Sendo consolidada uma avaliação com tais indicadores, é possível aos gestores educacionais planejar ações

¹⁰ TCU - Relatório de Auditoria (Fiscalização nº 177/2013). Relatório de Auditoria coordenada no ensino médio. TCU: Brasília, março de 2014.



para aperfeiçoar o trabalho escolar e direcionar recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento de redes de ensino e ou escolas em que os alunos apresentam baixo desempenho.

O IDEB é calculado a cada dois anos, desde 2005, com metas estabelecidas para cada avaliação para escolas e redes de ensino. Esse indicador foi desenvolvido de modo a sintetizar informações de desempenho em exames padronizados – Prova Brasil e Saeb – com informações sobre rendimento escolar – taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino. Conforme o INEP explica em nota técnica disponibilizada em seu sítio¹¹:

“Um sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo com que grande parte deles abandone a escola antes de completar a educação básica, não é desejável, mesmo que aqueles que concluem essa etapa de ensino atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados. Por outro lado, um sistema em que todos os alunos concluem o ensino médio no período correto não é de interesse, caso os alunos aprendam muito pouco na escola. Em suma, um sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem.”

A meta brasileira estipulada para o IDEB em 2021 é 6,0, valor equivalente à média do desempenho obtido por estudantes de países desenvolvidos no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), que é um exame padronizado. Como o IDEB combina também a preocupação com o fluxo escolar, além de melhorar as notas nos exames padronizados será necessário elevar as taxas de aprovação, reduzindo os níveis de repetência e abandono.

A comparação entre as médias dos resultados obtidos e as metas mostra que, em termos gerais, as escolas as superaram, tanto no ensino fundamental como no ensino médio, embora nesse nível tenham alcançado índices menores e muito próximos da meta.

Tabela 8 – IDEB – Resultados e Metas – Brasil (2005, 2007, 2009, 2011)

Anos	Ensino Fundamental				Ensino Médio	
	Anos Iniciais		Anos Finais		IDEB calculado	Meta
	IDEB calculado	Meta	IDEB calculado	Meta		
2005	3,8	--	3,5	--	3,4	--
2007	4,2	3,6	3,8	3,5	3,5	3,4
2009	4,6	4,2	4,0	3,7	3,6	3,5
2011	5,0	4,6	4,1	3,9	3,7	3,7

Fonte: INEP/MEC.

Apesar de ascendente, o movimento no indicador pode ser considerado lento entre as três avaliações realizadas, particularmente no ensino médio, como observado na Tabela 8. A média brasileira do IDEB, considerando as notas do ensino fundamental e ensino médio, foi de 4,2 em 2007, 4,6 em 2009, chegando a 5,0 em 2011. Entre 2005 e 2011, o crescimento no indicador atingiu 1,2 pontos nos anos iniciais do ensino fundamental. No ensino médio, a melhora no desempenho foi pífia, de apenas 0,3 pontos no período. Os indicadores mostram que o ritmo de melhora na qualidade da escolarização é lento e faz-se urgente buscar formas de acelerá-lo.

Quando se analisa a nota obtida na rede pública em comparação com a rede privada de ensino, o que se verifica é uma significativa diferença em desempenho em todas as etapas, chegando a 2,1 pontos nos anos finais do ensino fundamental e a 2,4 pontos no ensino médio.

Considerando que a indicação de metas de resultados exerce também o papel de indutor de ações, é interessante observar como é pequeno o incremento esperado nas metas entre uma e outra avaliação,

¹¹ http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portaal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf

bem como a diferença entre as metas para a rede pública e a privada, e entre as etapas de ensino. As metas decrescem entre os anos iniciais e os finais do ensino fundamental e entre o fundamental e o médio, do qual se espera sempre menor desempenho.

Tabela 9 – IDEB – Resultados e metas por dependência administrativa – Brasil – 2007 e 2011

	Anos Iniciais Ensino Fundamental				Anos Finais Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	IDEB calculado		Metas		IDEB calculado		Metas		IDEB calculado		Metas	
	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011
Brasil	4,2	5,0	3,9	4,6	3,8	4,1	3,5	3,9	3,5	3,7	3,4	3,7
Pública	4,0	4,7	3,6	4,4	3,5	3,9	3,3	3,7	3,2	3,4	3,1	3,4
Estadual	4,3	5,1	4,0	4,7	3,6	3,9	3,3	3,8	3,2	3,4	3,1	3,3
Municipal	4,0	4,7	3,5	4,2	3,4	3,8	3,1	3,5	-	-	-	-
Privada	6,0	6,5	6,0	6,6	5,8	6,0	5,8	6,2	5,6	5,7	5,6	5,8

Fonte: INEP/MEC.

Nas duas etapas do ensino fundamental e no ensino médio, sem dúvida, causa incômodo a diferença entre as metas de melhoria de desempenho e qualidade estipuladas para a rede pública e para a rede privada. As metas são sempre menores para a rede pública – o que é até compreensível pela distância entre as redes no ponto de partida – mas não transparece das metas uma preocupação com a gradativa redução dessa distância e uma maior convergência entre os resultados a serem alcançados pelas redes pública e privada. Conforme destacado anteriormente neste texto, as matrículas no setor privado vêm crescendo nos últimos anos, chegando a 14,4% no ensino fundamental e a 12,7% no ensino médio – ainda assim, o alcance de resultados melhores para o conjunto da educação básica no País exige, sem sombra de dúvida, uma aceleração na melhoria dos resultados da rede pública, sob pena de se estar ampliando ainda mais a desigualdade de desempenho entre as redes.

Na tabela 10, os dados do IDEB da rede pública do ensino fundamental estão apresentados por região. Embora o IDEB esteja avançando em todas as regiões, e assim como nas médias nacionais, avançando mais rapidamente nos anos iniciais do que nos anos finais do ensino fundamental, infelizmente o processo de convergência entre as regiões não parece intenso. Os resultados de Sul e Sudeste permanecem, em 2011, cerca de 30% maiores do que os de Norte e Nordeste nos anos iniciais do ensino fundamental – eram 40% maiores em 2007. Nos anos finais, a distância cai de 35% para 31%, entre Nordeste e Sudeste; e de 18% para 16%, entre Norte e Sudeste.

Tabela 10 – IDEB – Resultados Ensino Fundamental, Rede Pública – Brasil e Regiões – 2007 e 2011

	Ensino Fundamental – anos iniciais		Ensino Fundamental – anos finais	
	2007	2011	2007	2011
Brasil	4,0	4,7	3,5	3,9
Norte	3,3	4,2	3,3	3,6
Nordeste	3,3	4,0	2,9	3,2
Sudeste	4,6	5,4	3,9	4,2
Sul	4,6	5,4	3,9	4,1
Centro-Oeste	4,2	5,1	3,6	4,0

Fonte: INEP/MEC.

Para exemplificar a diversidade de situações relativas a desempenho nas escolas, a tabela 11 apresenta a distribuição de escolas conforme faixas de resultados no IDEB. Percebe-se que é baixo o percentual de escolas que hoje já cumprem ou superam a meta futura, mostrando desempenho equivalente às escolas de outros países, enquanto que a maioria apresenta desempenho apenas mediano, com notas entre 3,0 e 5,0.



Tabela 11 – Distribuição do número de escolas segundo faixas do IDEB – Brasil 2011

Ensino Fundamental	Faixas do IDEB – Ensino Fundamental				
	Menor que 3,0	Maior ou igual a 3,0 e menor que 3,8	Maior ou igual a 3,8 e menor que 5,0	Maior ou igual a 5,0 e menor que 6,0	Maior ou igual a 6,0
Anos iniciais	6,4%	23,4%	31,8%	27,5%	10,9%
Anos finais	18,7%	39,3%	33,7%	7,9%	0,4%

Fonte: INEP/MEC.

Educação Profissional

Na formulação inicial da árvore de problemas geradores de desigualdades na escolarização, o Observatório da Equidade do CDES identificou na infância e na juventude as mais graves insuficiências e necessidades de ações prioritárias. Os problemas centrais enfrentados por adolescentes e jovens para se formar como cidadãos e profissionais são: os níveis insuficientes de acesso, permanência, desempenho e conclusão do ensino médio e, na educação profissional, a insuficiência de oferta de qualidade e desarticulação dos subsistemas de educação técnica e de formação profissional continuada.

A questão da qualificação dos jovens para o mundo do trabalho e o exercício profissional é considerada, pelo CDES e por setores da economia, como um dos grandes obstáculos para avançar na conquista de algumas das bases para o desenvolvimento no novo ciclo que se aponta para o País. O crescimento da produtividade da economia brasileira é condição fundamental para uma trajetória de crescimento sustentado, e para esse objetivo a elevação da escolaridade e das oportunidades de qualificação profissional são questões-chave.

Iniciada com a expansão da rede de escolas técnicas federais, a partir de 2008, a recuperação da centralidade das políticas de formação profissional atinge novo patamar a partir da negociação do acordo de gratuidade com o Sistema S, e, em 2011, com a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Integra o Pronatec um conjunto de iniciativas que objetivam expandir a oferta de vagas para educação profissional no País, seja nas modalidades para estudantes de ensino médio – modalidades concomitante e subsequente –, seja para estudantes de escolaridade fundamental completo ou incompleto – modalidade formação inicial e continuada, que envolve uma rede abrangente de instituições de ensino profissional. Além da rede de escolas técnicas federais e das escolas do Sistema S, o Pronatec vem apoiando a expansão e o fortalecimento das escolas técnicas estaduais, e também das escolas técnicas privadas – inclusive estimulando a oferta de cursos de nível técnico por parte das universidades privadas.

A tabela 12 apresenta a situação da oferta de educação profissional de nível médio – modalidades concomitante e subsequente – que vem apresentando importante expansão.

Tabela 12 – Número de matrículas, de professores e de estabelecimentos de Educação Profissional de Nível Médio – Brasil – 2005, 2009 e 2012

	2005	2009	2012
Matrículas	707.263	861.114	1.063.655
Professores	59.687	58.898	71.896
Estabelecimentos Públicos	912	1.173	1.642
Estabelecimentos Privados	2.318	2.362	2.643

Fonte: MEC/INEP

No que se refere à oferta de vagas para formação inicial e continuada – para estudantes com ensino fundamental completo ou incompleto –, dados do MEC informam uma expansão de 580 mil matrículas em 2011 para 1,3 milhão em 2013, no âmbito do Pronatec¹².

¹² Apresentação e slides disponíveis em: <http://www.cdes.gov.br/documento/3351552/acoes-articuladas-de-educacao-profissional-e-educacao-de-jovens-e-adultos-2013.html>

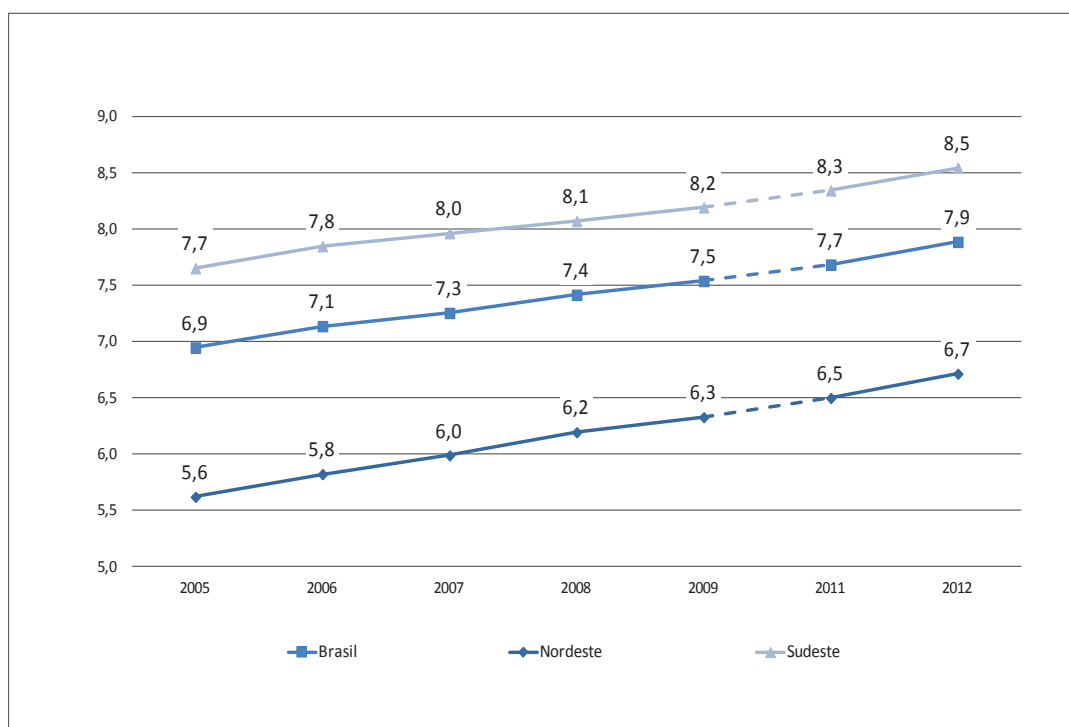
Os desafios de aumentar e qualificar a escolarização dos brasileiros com equidade

Os problemas geradores de desigualdades na escolarização básica acompanhados pelo Observatório da Equidade estão relacionados a acesso, permanência e sucesso na aquisição das aprendizagens ou proficiências que darão sustentabilidade à inserção cidadã e qualificada das pessoas para contribuir com o processo de desenvolvimento do País. O desafio de superar tais problemas não está no âmbito apenas das políticas educacionais e dos atores envolvidos nesse campo. Serão necessárias ações articuladas entre políticas que abrangem essas e outras dimensões da vida, distribuídas de forma equânime entre os diferentes grupos populacionais, favorecendo os que se encontram em pior situação.

Média de anos de estudo

O cálculo da média de anos de estudo¹³ é o indicador adotado pelo Observatório da Equidade do CDES para acompanhar a escolarização. Nesta análise é importante registrar que o acesso, à escola, das crianças brasileiras de 6 a 14 anos avançou em direção à universalização, nos últimos 20 anos: em 1992, cerca de 84% das crianças nessa faixa etária estavam na escola, taxa que passou a 91% em 1997, a 96% em 2003, chegando a 98% desde 2011. Esse movimento propiciou um aumento na escolaridade média da população, porém ainda concentrada entre os adultos mais jovens – justamente os que participaram dessa expansão no acesso ao ensino fundamental.

Gráfico 3 – Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade
Brasil – Nordeste e Sudeste – 2005/2012



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2012.

13 Anos de estudo: classificação estabelecida em função da série e do nível, ou grau mais elevado alcançado pela pessoa, considerando a última série concluída com aprovação. Média de anos de estudo: razão entre o total de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade e o número de pessoas de 15 anos ou mais de estudo.



Com a criação e regulamentação do FUNDEB, em 2007, a obrigatoriedade de escolarização foi estendida para a faixa etária de 4 a 17 anos, portanto, incorporando também como obrigatório o ensino médio e os anos finais da educação infantil, conformando a educação básica. Os efeitos desta expansão da obrigatoriedade no escopo das políticas de educação, e no financiamento destinado a estas por meio do FUNDEB, serão observados ao longo dos próximos anos, primeiramente por meio de melhorias no desempenho do sistema escolar e seus estudantes; e, mais tarde, a medida que esses estudantes se tornem os jovens adultos de uma população economicamente ativa com maior e melhor escolaridade.

Mesmo reconhecendo que os movimentos nos indicadores educacionais são percebidos em um tempo “de gerações”, dado o nível do nosso atraso, a trajetória é ainda lenta, conforme pode ser visto no gráfico 3. Entre 2005 e 2012, o acréscimo na média nacional de anos de estudo na população de 15 anos ou mais foi de apenas 1 ano.

Em 2012, a média nacional de anos de estudo foi de 7,9, variando consideravelmente entre regiões e segmentos sociais. As pessoas brancas e as que moram na região Sudeste alcançam os melhores indicadores, conforme pode ser visto na tabela 13, que descreve a lenta e desigual trajetória de aumento na escolarização da população brasileira.

Tabela 13 – Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade, por sexo, cor e situação do domicílio – Brasil e Grandes Regiões – 2001*, 2005 a 2009, 2011 e 2012

		2001*	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Total	Brasil	6,4	6,9	7,1	7,3	7,4	7,5	7,7	7,9
	Norte	6,3	6,4	6,6	6,7	6,9	7,0	7,1	7,4
Região	Nordeste	4,9	5,6	5,8	6,0	6,2	6,3	6,5	6,7
	Sudeste	7,1	7,7	7,8	8,0	8,1	8,2	8,3	8,5
	Sul	6,8	7,4	7,6	7,6	7,8	7,9	8,0	8,2
	Centro-Oeste	6,5	7,2	7,4	7,5	7,7	7,9	8,1	8,3
Sexo	Homens	6,2	6,8	7,0	7,1	7,3	7,4	7,5	7,7
	Mulheres	6,5	7,1	7,3	7,4	7,6	7,7	7,9	8,1
Cor ou raça	Branca	7,3	7,8	8,0	8,1	8,3	8,4	8,5	8,7
	Preta ou parda	5,2	6,0	6,2	6,3	6,5	6,7	6,9	7,1
Situação de domicílio	Urbana	6,9	7,5	7,7	7,8	7,9	8,0	8,2	8,4
	Rural	3,4	4,1	4,3	4,5	4,7	4,8	4,8	5,1

Fonte: PNAD/IBGE 2001, 2005 a 2009, 2011 e 2012.

* Exclui a população rural da região Norte.

Quando observada pela cor ou raça dos indivíduos, a desigualdade na escolarização da população brasileira também é grande, e a trajetória de convergência, embora positiva, é lenta. Entre 2001 e 2012, a escolaridade média da população preta ou parda aumentou de 5,2 anos para 7,1 anos, quase alcançando a escolaridade dos brancos em 2001, que já era de 7,3.

A maior distância encontra-se ao comparar a escolaridade média da população das áreas urbanas e rurais. A população rural tinha apenas metade da escolaridade média da população urbana, em 2001. No período aqui analisado, a população rural elevou sua escolaridade, saindo dos 3,4 anos em 2001 para 5,1 em 2012, mas ainda permanecem em patamares bastante baixos.

A insuficiência de políticas educacionais específicas para o campo é uma das principais causas da desigualdade entre a escolaridade média rural e a urbana. O afinilamento da oferta fica evidente na distribuição das matrículas nos diferentes ciclos e etapas da educação básica, priorizando o atendimento escolar apenas até o 5º ano do ensino fundamental. Para prosseguir nos estudos, os alunos precisam se deslocar para as cidades, afastando-se da família e do campo ou submetendo-se a condições nem sempre adequadas de transporte escolar.

Cerca de 41 mil escolas rurais foram fechadas na última década. De acordo com o Censo da Educação Básica de 2010, havia 8,7 milhões de estudantes moradores em áreas rurais. O mesmo Censo, entretanto, registra apenas 6 milhões de estudantes matriculados em escolas rurais, o que evidencia que cerca de 2,7 milhões de crianças tinham que se deslocar diariamente para o núcleo urbano, para estudar¹⁴. Além disso, há que se considerar também aqueles já emigrados, de fato, para a cidade, por impossibilidade de continuar os estudos nos anos finais do ensino fundamental ou no ensino médio.

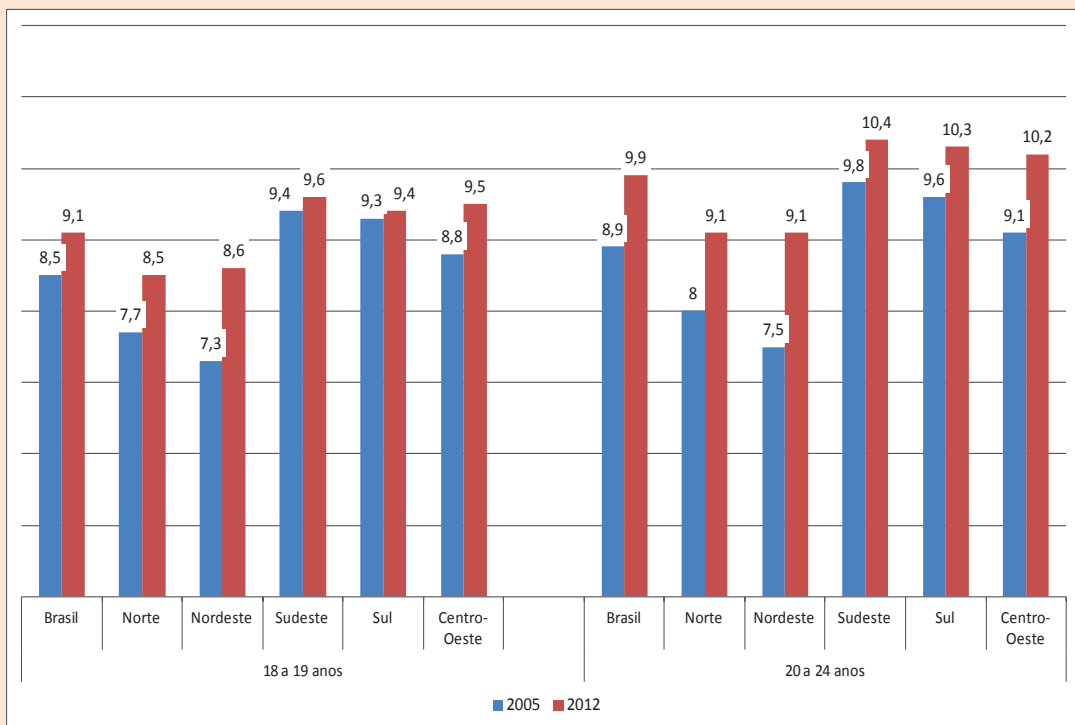
Escolaridade avança mais rápido na juventude

Os indicadores de escolaridade da população como um todo se movem lentamente, entre outros motivos, porque há uma grande parcela da população que não teve acesso à escola quando criança, décadas atrás. Para esse grupo, inovações recentes, como o FUNDEB e o IDEB, representarão pouco ou nenhum impacto. O esforço para recuperar e elevar a escolaridade dessas pessoas passa pela intensificação e massificação de políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), coordenadas, ou não, com iniciativas de formação profissional.

Por outro lado, os jovens que estão neste momento iniciando sua vida adulta e entrando no mercado de trabalho, já fazendo parte de uma geração que usufruiu dos avanços recentes nas políticas públicas educacionais, apresentam indicadores de acesso muito superiores aos do passado, bem como indicadores de qualidade que mostram lenta recuperação.

A escolaridade média dessa nova geração mostra um quadro mais alentador. Com uma trajetória mais acelerada, a escolaridade da população de 18 a 24 anos não só se apresenta em patamar mais alto, mas, principalmente, com desigualdade regional em queda.

Média de anos de estudo da população, faixas etárias selecionadas – Brasil e Grandes Regiões – 2005 e 2012



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2012.

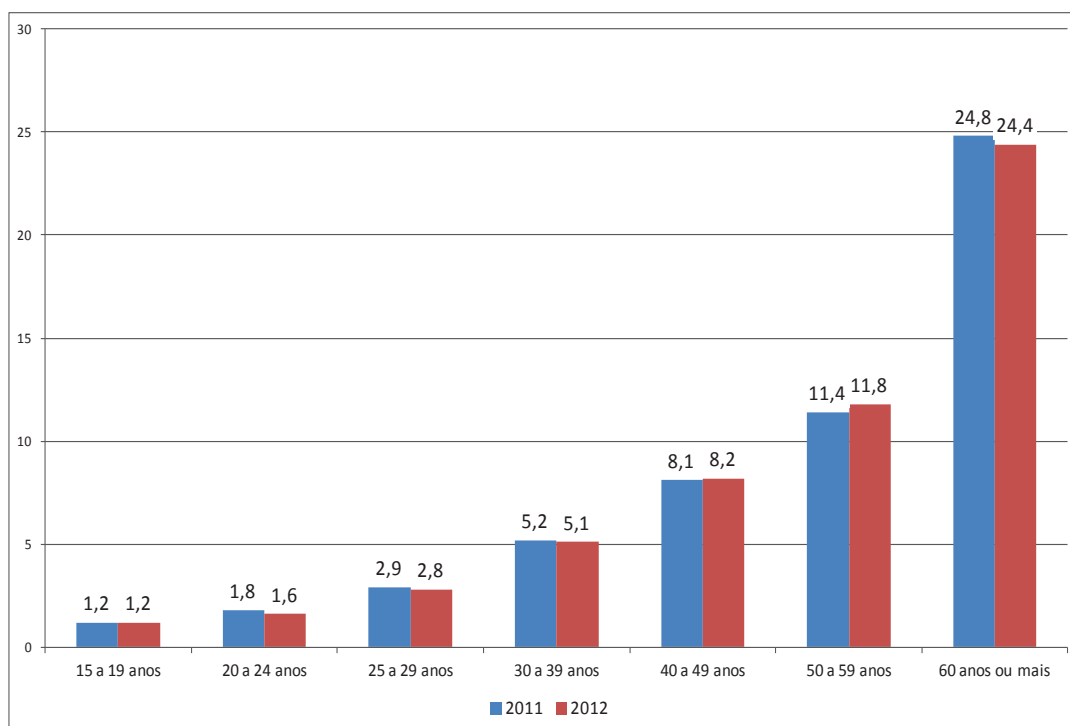
14 IPEA – Políticas Sociais: acompanhamento e análise, n. 20. Brasília, 2012. (p.148)



Analfabetismo

O analfabetismo, consensualmente considerado pelo CDES como a maior das iniquidades e determinante de muitas formas de exclusão, ainda persiste. Os resultados das políticas que incentivam a alfabetização nos diversos grupos sociais atingidos pela falta de oportunidade de aprender as competências mínimas para inserção cidadã e qualificação para o trabalho foram pouco significativos. Eram 15 milhões de pessoas analfabetas em 2005, e cerca de 13 milhões em 2012. Mais da metade tem idade acima de 50 anos, ou seja, pessoas que, quando em idade escolar, enfrentavam muitas dificuldades de acesso ao sistema educacional, entre os anos 1950 e 1970. Se a taxa média de analfabetismo para o País foi de 8,7% em 2012, há enormes disparidades por trás desse número. A taxa de analfabetismo chega a 24% entre os maiores de 60 anos¹⁵ (gráfico 4).

Gráfico 4 – Taxa de Analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais, segundo grupos de idade – Brasil – 2011 e 2012

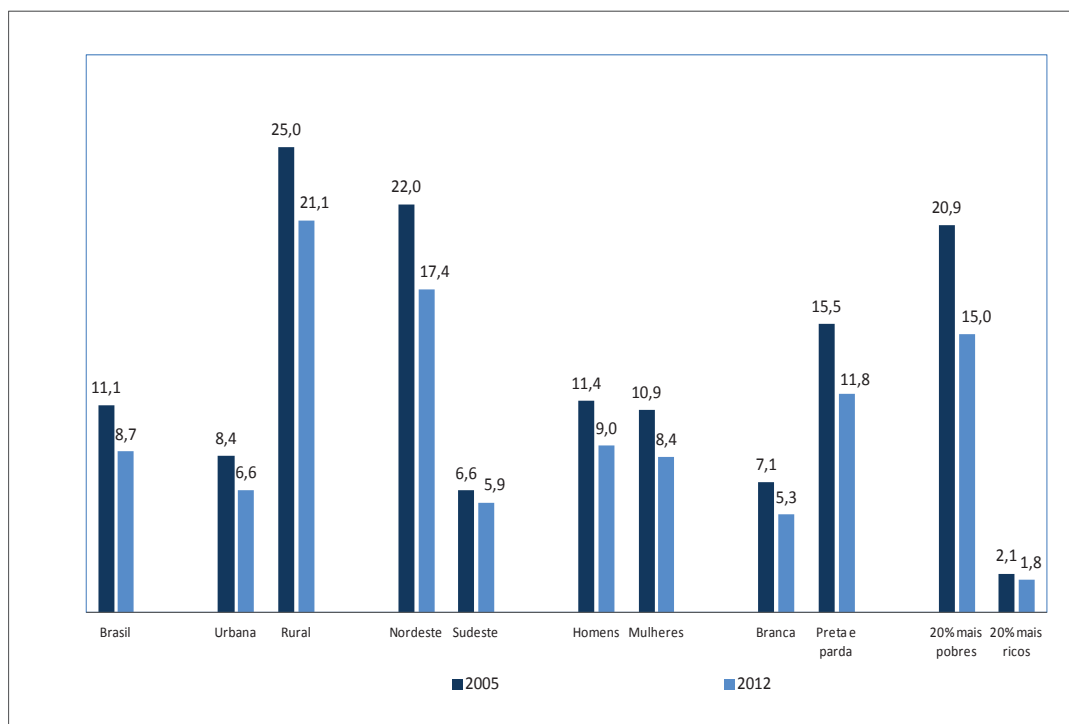


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

O gráfico 5 mostra como o analfabetismo incide mais desfavoravelmente nas áreas rurais, no Nordeste, entre as pessoas de cor preta e parda e entre os mais pobres, revelando as desigualdades históricas da sociedade brasileira. As taxas de analfabetismo vêm caindo em todos os grupos observados, mas a queda é modesta frente ao problema, principalmente no que se refere à população rural, aos moradores da região Nordeste, e aos 20% mais pobres da população. Uma população que não teve acesso adequado às políticas educacionais no passado, e que permanecem hoje sem acesso a outras modalidades como, por exemplo, a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

15 A questão do analfabetismo no Brasil é observada com atenção também por organismos internacionais. Como parte do esforço para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), a UNESCO elencou, como prioritários na luta pela erradicação do analfabetismo, 2 grupos de países; o primeiro, formado por 27 países com taxas de analfabetismo acima de 50% da população adulta; o segundo, formado pelos países cujo número absoluto de analfabetos supere os 10 milhões de analfabetos. O Brasil aparece nesse segundo grupo, ao lado de Egito, Marrocos, China, Indonésia, Bangladesh, Índia, Irã, Paquistão, Etiópia e Nigéria.

Gráfico 5 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais, por situação de domicílio, região, sexo, cor e quintos de renda domiciliar *per capita* - Brasil - 2005 e 2012



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2012.

Em termos relativos, os estados de Alagoas, Maranhão, Paraíba e Piauí apresentam taxas de analfabetismo acima de 20%. Em termos absolutos, entretanto, é importante lembrar que os estados da Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Ceará e Pernambuco têm, cada um, mais de um milhão de pessoas analfabetas¹⁶ – dados do Censo 2010.

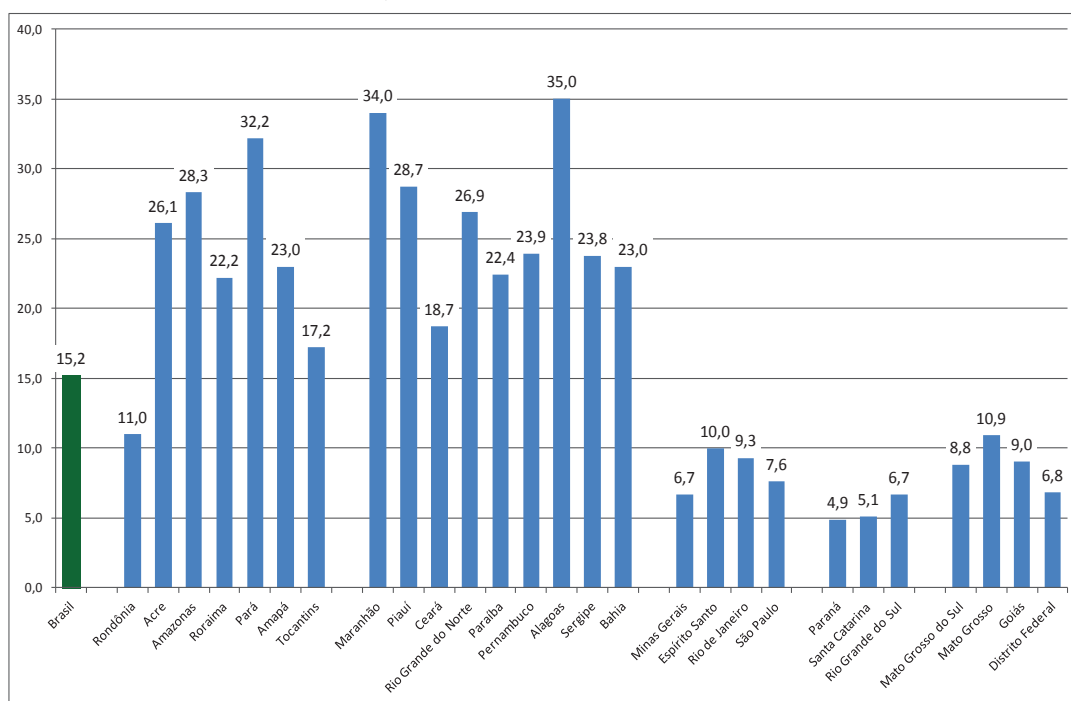
Esse contingente de pessoas iletradas é um dos segmentos socialmente excluídos que sofre com a pior das iniquidades. Alguns países da América do Sul, com menor grau de desenvolvimento, já obtiveram sucesso na eliminação do analfabetismo. No Brasil, além do antigo “estoque” de analfabetismo acumulado em outras épocas, é fonte de preocupação o baixo desempenho dos estudantes que hoje têm acesso à escola, mas que estão se alfabetizando com muito atraso, dificultando toda a trajetória escolar futura, se somando ao contingente de analfabetos funcionais.

De acordo com dados do Censo/2010, cerca de 15% das crianças brasileiras ainda não estão alfabetizadas aos 8 anos de idade, e em alguns estados das regiões Norte e Nordeste essa parcela supera os 30%. O recente Pacto pela Alfabetização na Idade Certa, que estabelece políticas públicas para garantir a alfabetização das crianças até os 8 anos de idade, busca sanar esse problema, evitando que se formem novos contingentes de analfabetos, apesar de escolarizados, combatendo na fonte esse entrave para o desenvolvimento das pessoas e do País (gráfico 6).

16 IPEA – Políticas Sociais: acompanhamento e análise, n. 20. Brasília, 2012. (p.130)



Gráfico 6 – Taxa de crianças não alfabetizadas aos 8 anos de idade – Brasil – 2010

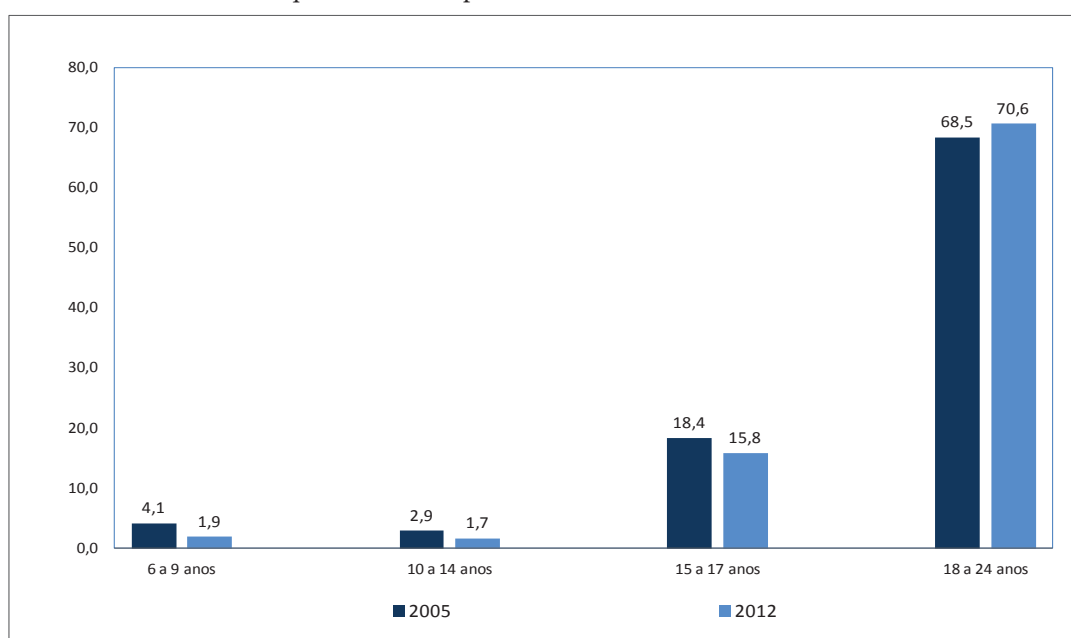


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Acesso à escolarização

Os desafios associados aos problemas de acesso à escola envolvem diferenciação nas estratégias para aumentar a escolarização para os diversos grupos de idade e nas faixas de menor renda. A proporção de pessoas fora da escola não teve mudanças significativas nos últimos anos, mas continua preocupando na faixa de 15 a 17 anos e alarmando em relação aos jovens entre 18 e 24 anos: 70% destes estão fora de qualquer processo educacional. O gráfico 7 mostra, em relação à população de cada faixa etária, a proporção de crianças, adolescentes e jovens que não frequentavam escola em 2005 e 2012.

Gráfico 7 – Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 6 a 24 anos de idade que não frequentam escola, por faixas etárias – Brasil – 2005 e 2012

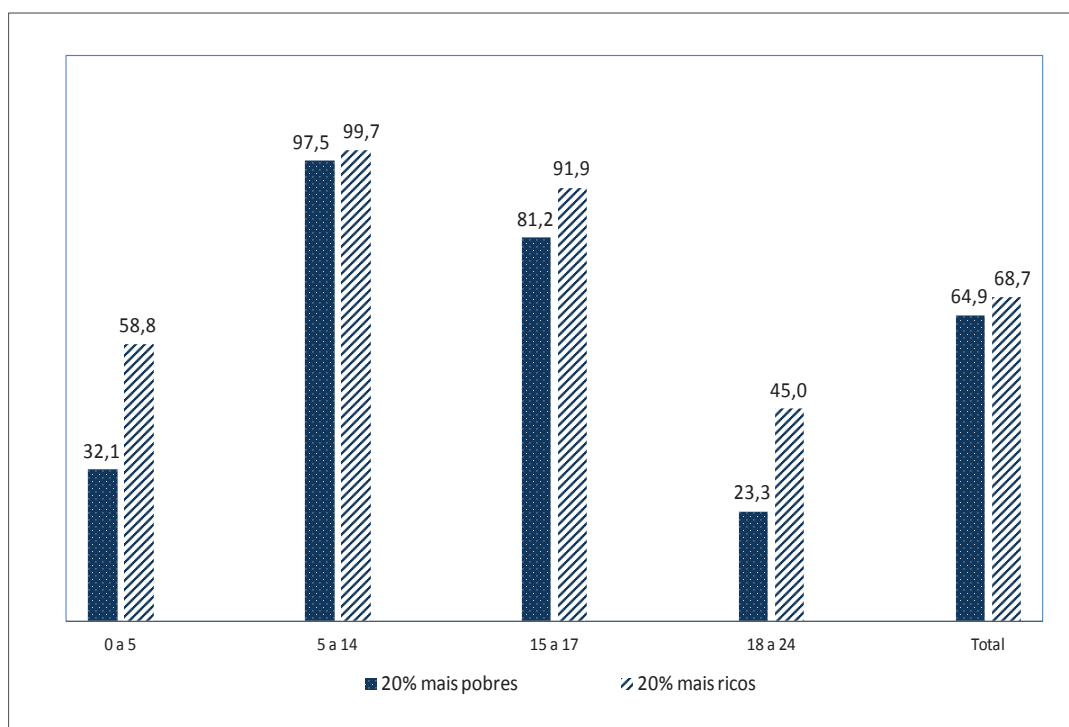


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2012.

A renda, um dos mais fortes indicadores de desigualdade, pode informar um pouco mais sobre possíveis razões para as altas taxas de adolescentes e jovens fora da escola. Desagregando a taxa de frequência à escola por quintos de rendimento médio familiar *per capita* das pessoas entre 0 e 24 anos de idade, constata-se, claramente, a desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres. Destaque para os percentuais de frequência à escola daqueles entre 18 e 24 anos – mesmo entre os mais ricos, não chega a 50% deste grupo. O Gráfico 8 mostra as diferenças para os subgrupos etários.

Chama, também, a atenção, o contingente de crianças entre 0 e 5 anos fora da educação infantil. Quase 70% das mais pobres estão fora, e, entre as mais ricas, a frequência não chega a 60%.

Gráfico 8 – Taxa de frequência à creche ou à escola das crianças, adolescentes e jovens, de 0 a 24 anos de idade, por grupos de idade, segundo os quintos de rendimento familiar *per capita* – Brasil – 2012



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

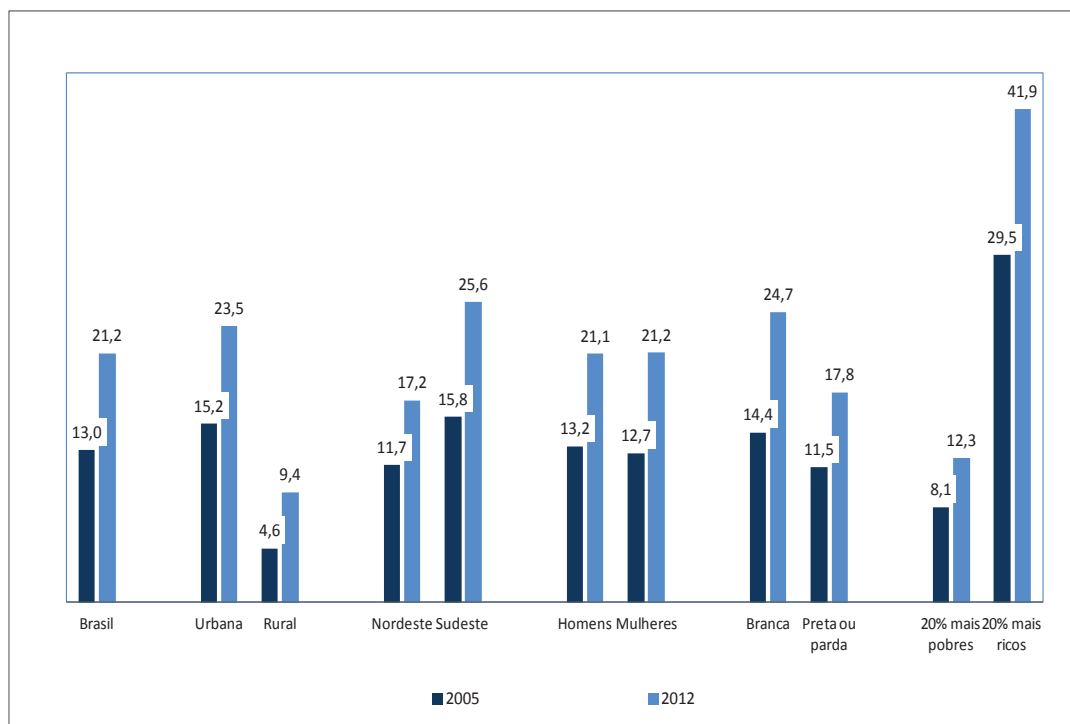
Acesso à educação infantil

Na educação infantil, apesar do expressivo crescimento no acesso, ainda deixa de ser atendido um grande contingente de crianças entre 0 e 5 anos. Com a obrigatoriedade do acesso à educação das pessoas a partir dos 4 anos, o esforço dos municípios para garantir esse direito às crianças terá que ser intensificado nos próximos anos e a diretriz da qualidade deve ser priorizada. É bastante conhecida a importância do estímulo cognitivo e social nessa etapa da vida para o desenvolvimento integral e formação da base fundamental para o sucesso educacional.

Os gráficos 9 e 10 apresentam os resultados de 2005 e 2012 nas regiões com maior e menor acesso à educação e as desigualdades entre os grupos urbanos e rurais, por sexo, cor e quintos de renda familiar *per capita*.



Gráfico 9 – Taxa bruta de frequência à escola, das crianças de 0 a 3 anos de idade, por situação de domicílio, sexo, cor, e quintos de renda familiar *per capita* – Brasil – 2005 e 2012

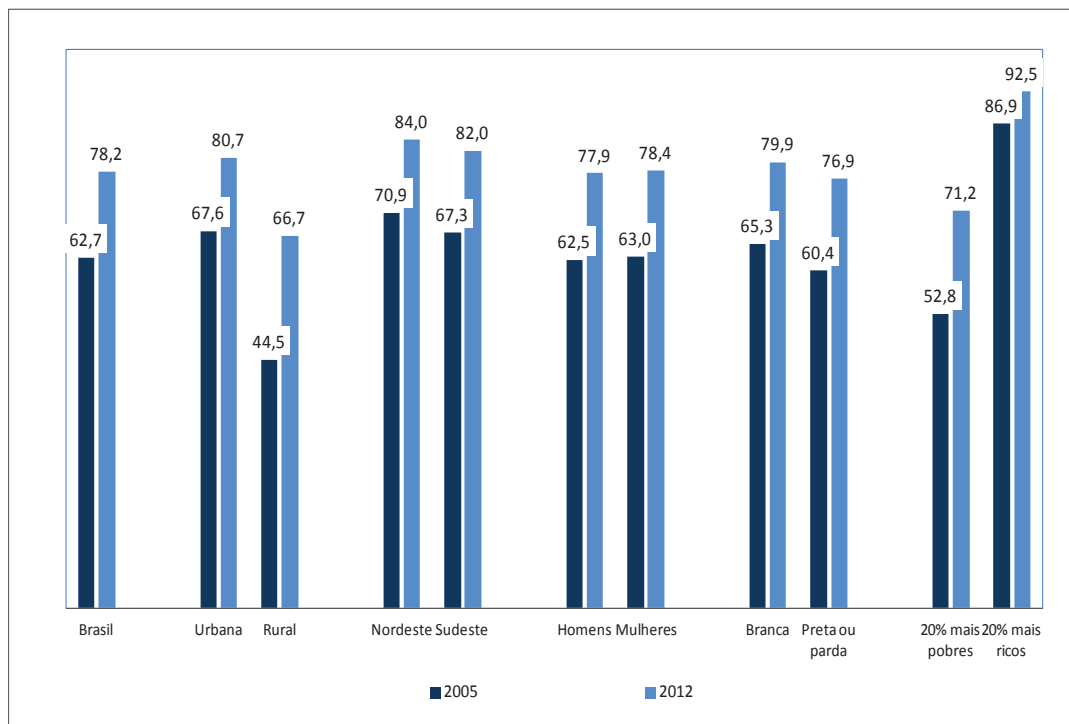


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2012.

Mesmo com o aumento verificado no período, ainda é muito reduzida a taxa de frequência das crianças de 0 a 3 anos, e as que menos acessam o atendimento nas creches são as do meio rural e as mais pobres – justamente as que mais sofrem com as desigualdades de sua condição. De fato, o processo de expansão nessa faixa etária está ocorrendo com agravamento de desigualdades: as distâncias entre rural e urbano, Sudeste e Nordeste, ricos e pobres, brancos e negros, aumentaram no período.

A incorporação da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos como o primeiro nível obrigatório da educação básica, a partir da criação do FUNDEB, em 2007, já tem um nítido impacto no acesso à escola entre as crianças dessa faixa etária. Com uma velocidade rara, em se tratando de indicadores do sistema educacional brasileiro, já se aproxima de 80% a parcela das crianças de 4 e 5 anos frequentando a pré-escola em 2012. É perceptível também o sentido de convergência da trajetória: o acesso tem crescido de modo mais acelerado justamente entre os que estavam em pior situação inicial, como a população rural e os 20% mais pobres. É interessante notar também como, excepcionalmente nessa faixa etária e nível de ensino, a cobertura apresentada pela região Nordeste é bastante elevada – e já era maior do que a encontrada no Sudeste mesmo antes do FUNDEB, ainda em 2005.

Gráfico 10 – Taxa bruta de frequência à escola, das crianças de 4 e 5 anos de idade, por situação de domicílio, sexo, cor, e quintos de renda familiar *per capita* – Brasil – 2005 e 2012



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2012.

Acesso ao ensino fundamental

No ensino fundamental, o acesso é considerado universalizado, mas ainda há cerca de 500 mil crianças não atendidas. A taxa de escolarização, ou frequência bruta, das crianças entre 6 e 14 anos alcançou 98,2% em 2012. Esse alto nível de cobertura mantém-se, mesmo quando se observam as típicas desigualdades brasileiras: a frequência bruta varia de 96,7% na região Norte a 98,7% na região Sudeste; de 98,4% em área urbana a 97,5% no meio rural; de 98,0% na população negra a 98,5% na população branca.

O sucesso revelado pelas altas taxas de escolarização, com baixa desigualdade entre os diferentes grupos considerados, mostra alguns desafios que precisam ser enfrentados quando é considerada a correspondência entre a idade apropriada e a etapa escolar: a frequência líquida das crianças de 6 a 14 anos cai para 92,5% – variando de 91,6% na região Norte a 93,3% na região Sudeste. O atraso no início da escolarização, as repetências e evasão fazem parte da explicação dessa distinção, bem como persistem iniquidades e situações que precisam ser enfrentadas, como demonstram as diferenças entre o IDEB alcançado pelas distintas regiões e redes.

Dificuldades são impostas às crianças e adolescentes do meio rural, por exemplo: em 2012, para cada duas matrículas em escolas rurais nos anos iniciais do ensino fundamental, havia apenas uma nos anos finais. Está sendo exigido, portanto, que parcela importante dos alunos continue seus estudos em escolas das áreas urbanas, por insuficiência de vagas em escolas rurais, para cursar os anos finais do ensino fundamental.

A passagem para o ensino médio é ainda mais dramática: para cada estudante cursando o ensino médio em escolas rurais, há nove cursando os anos iniciais do ensino fundamental. Ou seja, na atual configuração, são grandes os obstáculos impostos ao jovem do meio rural que deseje continuar os estudos até o nível médio. Em todo o Brasil, em 2012, houve apenas 322 mil alunos cursando o ensino médio em escolas rurais.

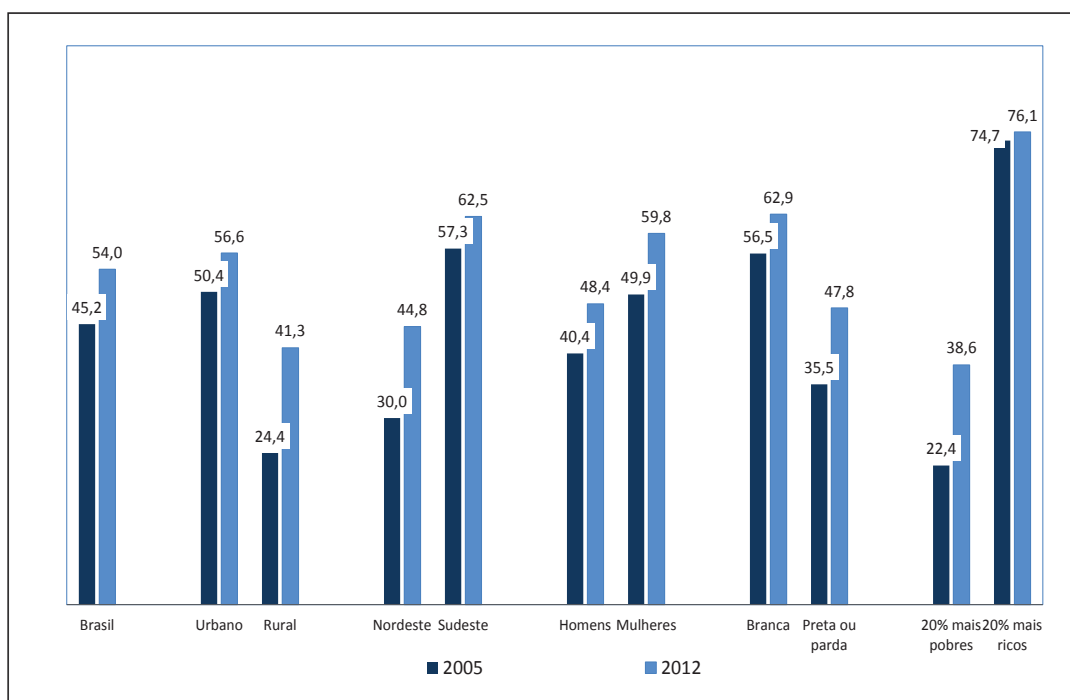
Tal funil já se apresenta muito distinto para os alunos das escolas urbanas. O número de matrículas nos anos iniciais e nos anos finais do ensino fundamental é bastante próximo, e o número de matrículas no ensino médio é de cerca de dois terços dos alunos matriculados no ensino fundamental.



Acesso ao ensino médio

Mais de 80% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam na escola em 2012. Porém, apenas 54% cursavam o ensino médio, que é a etapa esperada para esta faixa etária. O acúmulo de abandonos e reprovações atrasa a trajetória escolar de parcela considerável dos jovens, que ficam retidos por mais tempo no ensino fundamental. Enfrentar a baixa frequência líquida no ensino médio exige, portanto, não apenas melhorar a atratividade das escolas e dos currículos para os jovens, mas também seguir no enfrentamento dos problemas do ensino fundamental.

Gráfico 11 – Proporção de estudantes de 15 a 17 anos de idade que frequentam o ensino médio, por situação de domicílio, sexo, cor e quintos de rendimento familiar *per capita* – Brasil – 2005 e 2012



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2012.

A frequência líquida no ensino médio tem melhorado, e no sentido da redução das desigualdades. Ou seja, é justamente entre os grupos em pior situação – rural, negros, 20% mais pobres, região Nordeste – que a adequação idade-série dos alunos desta faixa etária tem avançado mais rápido. Mas, o patamar alcançado ainda é muito baixo, e ressalte-se que mesmo entre os grupos em melhor situação, a frequência líquida no ensino médio permanece em níveis medíocres. Entre os 20% mais ricos, eles são 76%; e na região Sudeste, 62,5%; enquanto entre os 20% mais pobres, os residentes no Nordeste e no meio rural, apenas recentemente, passam a englobar aproximadamente 40% dos adolescentes.

Uma questão que permanece relevante para o ensino médio, e que precisa ser mais discutida, diz respeito à elevada parcela de alunos que estudam no turno noturno. Em 2005, quase a metade dos estudantes do ensino médio – 47% – estudavam no turno noturno. Em 2012, essa parcela apresenta-se menor, em torno de 30%. Especificamente, nas redes estaduais – que são predominantes na oferta desse nível de ensino – os alunos do turno noturno são cerca de 35%. Em vários estados das regiões Norte e Nordeste essa parcela supera os 40% – que é, também, a proporção encontrada para os estudantes do ensino médio na rede estadual de São Paulo. Mesmo considerando que seja necessário, dada a realidade atual, manter vagas noturnas para atender os alunos que estudam e trabalham, é no mínimo contraditório esperar melhores indicadores de desempenho do ensino médio em uma situação em que mais de um terço dos alunos estão no turno noturno¹⁷.

¹⁷ Nesse sentido, é positivo o movimento realizado em relação às vagas noturnas do ensino fundamental. Em 2005, nos anos finais do ensino fundamental, no País, 8,6% das matrículas eram no turno noturno – parcela que chegava a mais de 16% na região Nordeste. Em 2012, o percentual de matrículas no período noturno caiu para 2,3%, Brasil – e 4,6%, Nordeste. Destoa a situação do Estado de Alagoas, onde 12% dos alunos dos anos finais do ensino fundamental estudam no turno noturno. Fonte: MEC/Inep/Deed.

Tabela 14 – Proporção de alunos do Ensino Médio matriculados no turno noturno – Brasil e Regiões – 2005 e 2012

	2005	2012
Brasil	47,00%	30,73%
Norte	54,40%	34,03%
Nordeste	49,70%	30,19%
Sudeste	45,40%	31,17%
Sul	42,10%	30,09%
Centro-Oeste	46,40%	27,47%

Fonte: MEC/Inep/Deed.

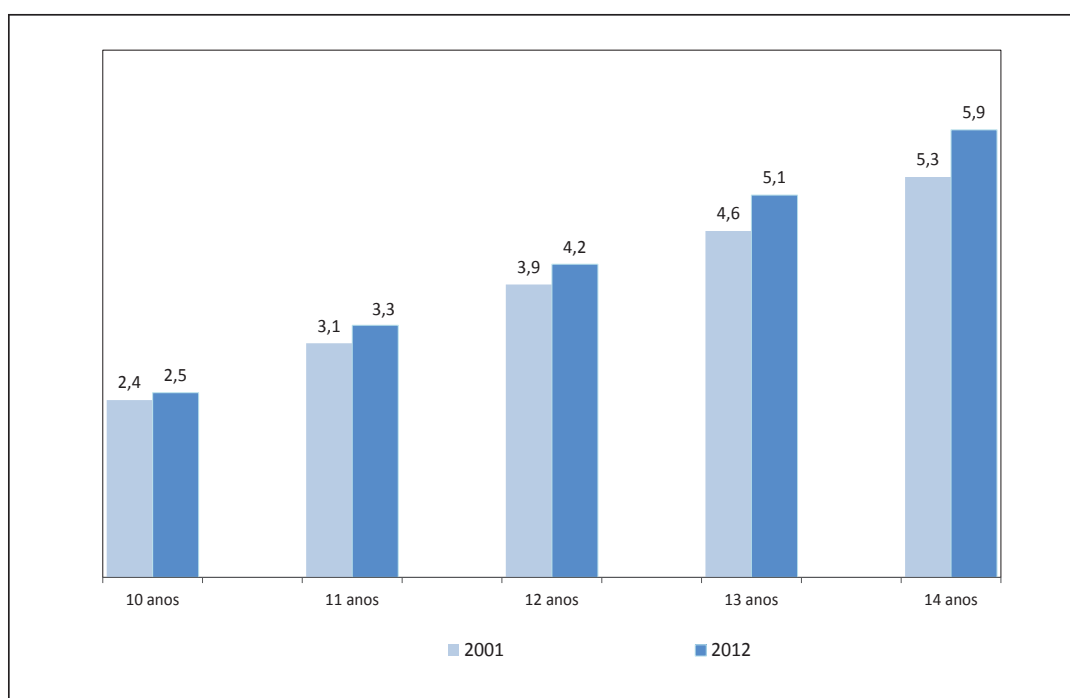
Permanência e sucesso na escolarização

Os indicadores adotados para descrever alguns elementos determinantes da permanência e do sucesso na escolarização são: aprendizagem na leitura e escrita, média de anos de estudo da população que frequenta a escola, taxas de distorção idade-série e taxa de abandono precoce – pessoas entre 18 e 24 anos com menos de 11 anos de estudo e que não frequentam escola. As taxas de rendimento escolar – aprovação, repetência e evasão – também são apresentadas.

O ensino fundamental, como o nome deixa claro, tem o objetivo de apoiar os estudantes na aquisição de competências consideradas fundamentais para futuras aprendizagens. O letramento é uma das principais formas de relação com o outro e com o mundo. A aquisição da leitura e da escrita, no entanto, tem sido um processo pedagógico que vem provocando uma grande perda de potencial humano e fuga da escola por insucesso.

Um indicador que revela o insucesso no processo educacional, para as escolas e para os estudantes, é a média de anos de estudo do segmento de 10 a 14 anos, idade apropriada para cursar a segunda etapa do ensino fundamental, ou seja, que já deveria estar com no mínimo 5 anos de estudo. O gráfico 12 retrata o significativo atraso na escolarização em relação às idades das crianças.

Gráfico 12 – Média de anos de estudo das crianças de 10 a 14 anos de idade, por idade – Brasil – 2001 a 2012



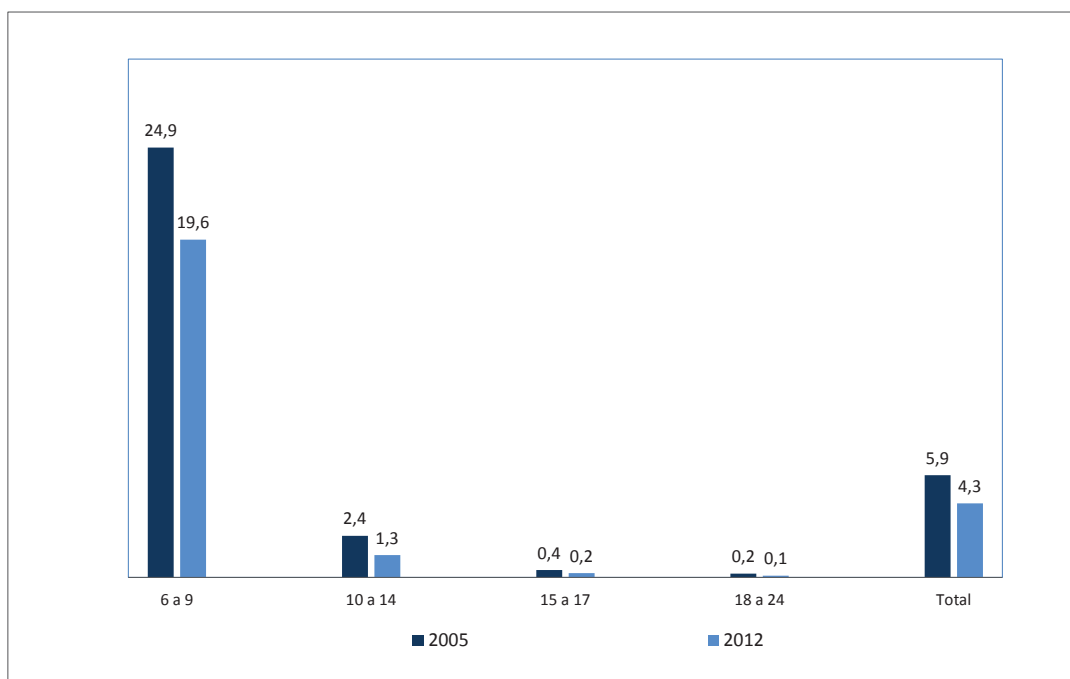
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2012.



Os resultados nesse indicador apontam para a necessidade de as políticas educacionais continuarem priorizando o acesso aos segmentos ainda não atendidos, e darem prioridade equivalente para a eficácia dos conteúdos e metodologias que orientam o processo pedagógico, assim como à formação continuada de professores para atualização permanente das abordagens às disciplinas e aos estudantes.

Também é importante analisar a aquisição da leitura e escrita entre as crianças, adolescentes e jovens que frequentam a escola. Entre os 6 e os 9 anos, período dedicado principalmente à alfabetização, quase 20% das crianças não são bem sucedidas, como mostra o gráfico 13. Esse indicador aponta para a mesma prioridade que o anterior sugeriu: foco na formação de professores para atualização em metodologias de alfabetização¹⁸.

Gráfico 13 – Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 6 a 24 anos de idade que frequentam escola e não sabem ler e escrever, por faixas etárias – Brasil – 2005 e 2012



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2012.

O atraso na escolarização é acompanhado pela distorção idade-série, indicador que também aponta desafios e prioridades para aumentar o nível de escolarização. O volume de matrículas com distorção idade-série representa uma medida de ineficiência no processo educacional. A tradicional culpabilização do aluno pelo insucesso deve dar lugar ao sinal de alarme acionado por essa medida e que demanda prioridade e investimento pedagógico na busca de melhorar a qualidade do processo e dos resultados educacionais.

A distorção idade-série é considerada a partir de dois ou mais anos de atraso na série escolar correspondente à idade do estudante, provocado por repetências e ou evasões às vezes sucessivas. Levando em conta que o atraso dos estudantes no processo educacional representa insucesso para o estudante e perda de investimento de recursos e pessoal destinado à educação, e que repercutirá nos ganhos de produtividade para o País, é importante considerar o custo de oportunidade para o Estado, considerando que cerca de 9,2 milhões de alunos encontram-se nesta situação na educação básica.

As tabelas 15a, 15b e 15c informam a proporção de matrículas com distorção no ensino fundamental e no ensino médio, nas escolas da rede pública. Mesmo com tendência decrescente entre 2007 e 2012, a taxa de distorção é ainda significativa na média nacional – 18,9% dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental, 31,4% nos anos finais, e 34,5% no ensino médio –, e a diferença entre as regiões é enorme.

18 Conforme já visto anteriormente neste texto, o recente Pacto pela Alfabetização na Idade Certa aposta justamente nesta questão do treinamento e atualização dos professores de alfabetização para sanar o problema da alfabetização tardia, e assim colaborar para a redução do atraso escolar e melhoria da qualidade da trajetória educacional dos estudantes.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, a taxa de distorção varia de 11,2% na região Sudeste até 29,2% na região Norte. Nos anos finais do ensino fundamental, varia de 22% a 43,1%, nas mesmas regiões extremas. E, no ensino médio, nível onde o atraso acumulado revela os maiores índices, as taxas de distorção variam entre 25,7% na região Sudeste e 50,1% na região Norte.

Tabela 15a – Taxa de distorção idade-série nos Ensinos Fundamental e Médio. Rede Pública – Brasil e Grandes Regiões – 2007 e 2012

	Ensino Fundamental anos iniciais		Ensino Fundamental anos finais		Ensino Médio	
	2007	2012	2007	2012	2007	2012
Brasil	24,6	18,9	36,9	31,4	46,5	34,5
Norte	38,1	29,2	49,7	43,1	63,5	50,1
Nordeste	36,6	26,9	51,9	42,9	63,8	45,7
Sudeste	13,9	11,2	25,6	22,0	34,6	25,7
Sul	12,7	12,5	26,7	24,9	31,4	26,1
Centro-Oeste	20,7	15,6	36,1	30,1	44,2	34,6

Fonte: INEP, 2012.

Entretanto, apesar do quadro ser grave, é importante mencionar que a trajetória de melhoria neste indicador é significativa. Na média Brasil, a distorção idade-série caiu 23% nos anos iniciais do ensino fundamental, 16% nos anos finais, e 26% no ensino médio – no período relativamente curto entre 2007 e 2012. Na região Norte, a redução foi de 23% nos anos iniciais do ensino fundamental, 13% nos anos finais, e 21% no ensino médio; na região Nordeste, 27%, 17% e 28%, respectivamente. A região Centro-Oeste também apresenta uma trajetória de redução nas taxas de distorção idade-série, e mesmo as regiões em situação inicial melhor – Sul e Sudeste – apresentam queda significativa nas suas taxas de distorção idade-série.

As tabelas 15b e 15c trazem as taxas de distorção idade-série calculadas especificamente para as escolas urbanas e rurais da rede pública. Os indicadores das escolas rurais, como sempre, são ainda mais graves.

Tabela 15b – Taxa de distorção idade-série nos Ensinos Fundamental e Médio. Rede Pública – área urbana – Brasil e Grandes Regiões – 2007 e 2012

	Ensino Fundamental anos iniciais		Ensino Fundamental anos finais		Ensino Médio	
	2007	2012	2007	2012	2007	2012
Brasil	20,3	16,3	34,9	29,6	46,2	34,2
Norte	30,6	23,6	46,5	39,2	63,4	48,9
Nordeste	33,2	25,8	50,6	41,9	63,5	45,4
Sudeste	13,0	10,7	25,2	21,7	34,6	25,7
Sul	12,4	12,3	26,6	24,7	31,5	26,2
Centro-Oeste	19,6	14,8	35,4	29,3	44,0	34,2

Fonte: INEP, 2012.

Tabela 15c – Taxa de distorção idade-série nos Ensinos Fundamental e Médio. Rede Pública – área rural – Brasil e Grandes Regiões – 2007 e 2012

	Ensino Fundamental anos iniciais		Ensino Fundamental anos finais		Ensino Médio	
	2007	2012	2007	2012	2007	2012
Brasil	39,0	28,4	51,2	44,0	56,5	44,2
Norte	51,2	39,3	62,4	54,7	67,8	61,1
Nordeste	41,6	28,7	56,5	46,0	68,6	50,0
Sudeste	23,8	18,5	35,0	31,5	37,2	25,8
Sul	14,6	13,8	27,2	27,4	29,6	23,6
Centro-Oeste	30,1	21,8	45,1	38,4	50,1	41,3

Fonte: INEP, 2012.

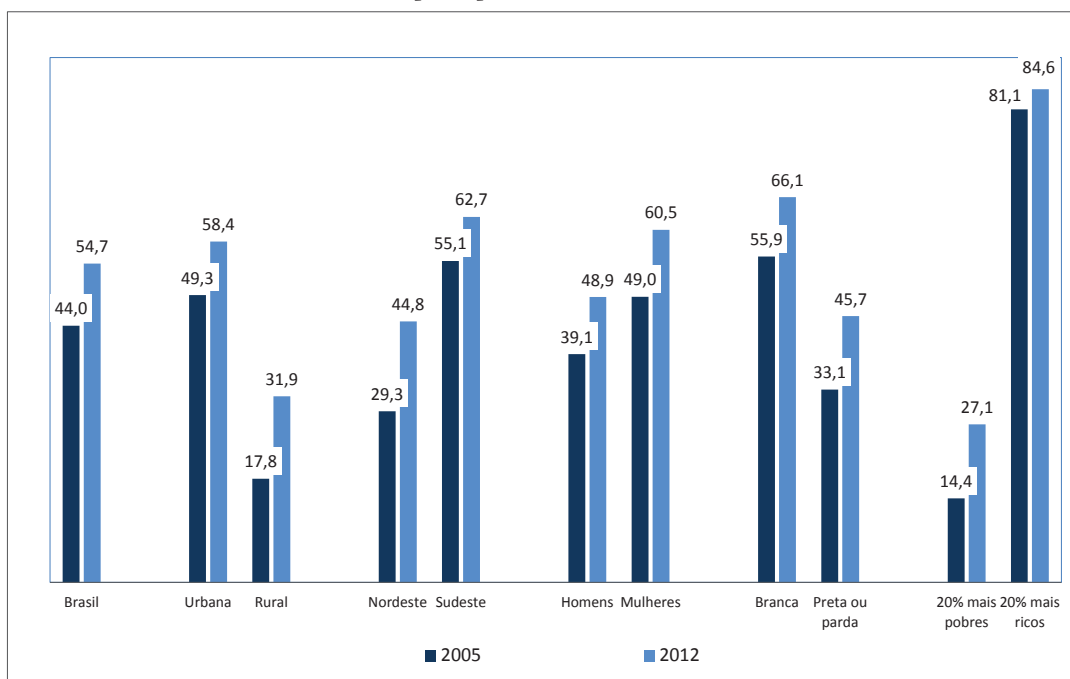


Outro importante indicador de permanência e sucesso na escolarização básica é a proporção de pessoas entre 18 e 24 anos que concluíram o ensino médio. Somente recentemente ultrapassamos os 50% – ou seja, pouco mais da metade da população de jovens adultos nessa faixa etária possui o ensino médio completo. Essa é uma grande limitação, seja do ponto de vista dos jovens que ingressam no mercado de trabalho, seja do ponto de vista da atividade econômica, que incorpora a cada ano um grande contingente de trabalhadores jovens com escolaridade básica incompleta.

O cenário apresentado ainda é insatisfatório, porém a trajetória tem apresentado avanços. Entre 2005 e 2012, a proporção de jovens com ensino médio completo cresceu mais de 10 pontos percentuais, de 44% para 54,7%. Tais movimentos de elevação foram proporcionalmente mais fortes entre os grupos de pior situação inicial, o que é uma boa notícia em termos da redução das desigualdades: 14 pontos percentuais de crescimento neste indicador entre os moradores do meio rural; 15 pontos percentuais de aumento na região Nordeste; 12,6 pontos percentuais a mais na população negra e 12,7 pontos percentuais a mais entre os 20% mais pobres. Cabe ainda observar que os índices ainda são extremamente ruins, por exemplo, para mais da metade dos jovens negros que não têm o ensino médio concluído, e para mais de 70% dos jovens entre os 20% mais pobres (gráfico 14).

Chama a atenção, também, que o percentual encontrado entre as mulheres seja bastante superior ao dos homens, o que gradativamente poderá fortalecer o enfrentamento das questões de gênero que ainda afetam o mercado de trabalho.

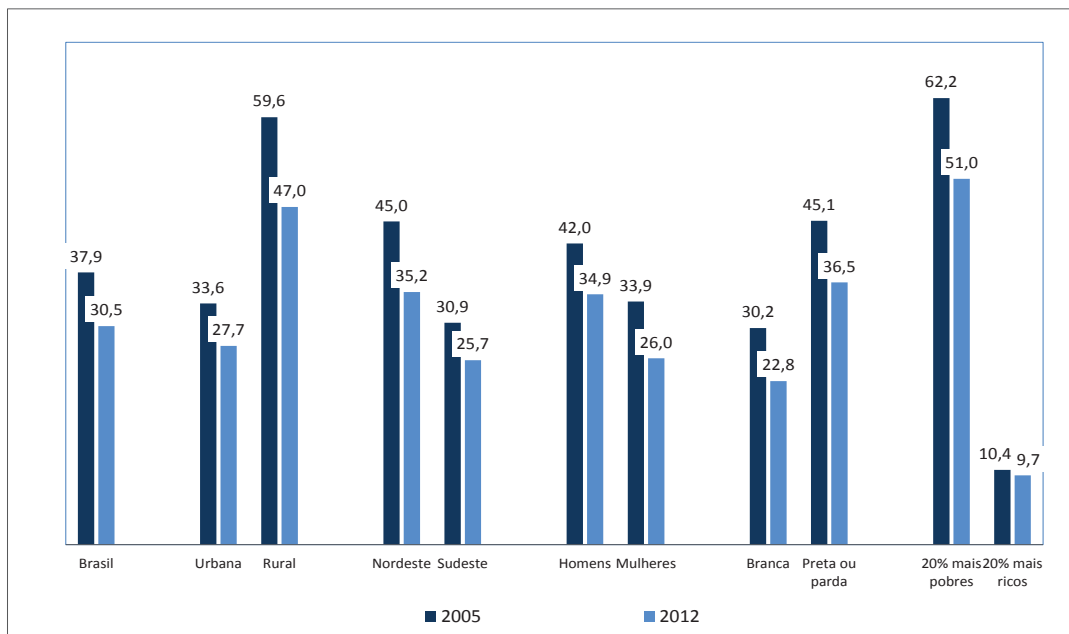
Gráfico 14 – Proporção de jovens de 18 a 24 anos de idade, com pelo menos o ensino médio concluído (11 anos de estudo), por situação de domicílio, sexo, cor, e quintos de renda familiar *per capita* - Brasil - 2005 e 2012



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2012.

A taxa de abandono precoce é, também, um indicador de permanência e (in)sucesso na escolarização e está relacionada à evasão. Ela indica a população entre 18 e 24 anos que não completou 11 anos de estudo e não frequenta mais a escola. O gráfico 15 representa as desigualdades nas taxas de abandono precoce entre estados da federação e local de residência e entre grupos sociais por sexo, cor e renda. Na média brasileira, 30,5% dos jovens estão nesta situação – em números absolutos, são cerca de 7 milhões de pessoas. Entre os mais pobres e na população do campo, a situação é pior; são cerca de 50% sem o ensino médio completo, e fora do sistema educacional. Destaque-se que mesmo entre os 20% de maior renda, são cerca de 10% dos jovens sem escolaridade básica completa e fora do sistema educacional. Para todos esses distintos grupos de jovens, isto certamente acarreta dificuldades para a profissionalização e empregabilidade – e eles não estão acessando as políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

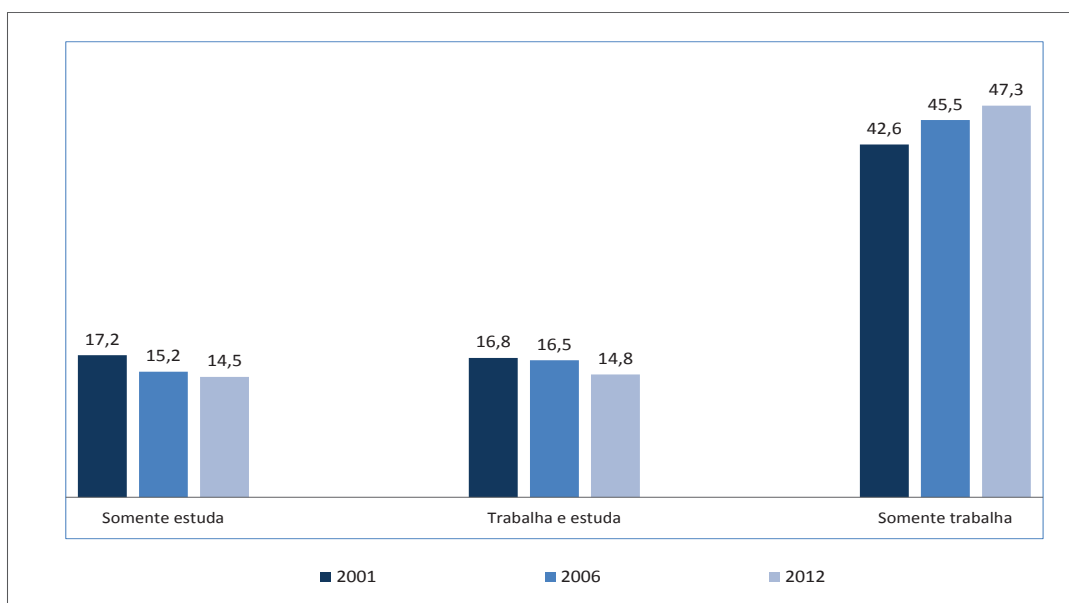
Gráfico 15 – Taxa de abandono precoce (proporção de jovens de 18 a 24 anos, com menos de 11 anos de estudo, que não frequentam escola), por situação de domicílio, sexo, cor, e quintos de renda familiar *per capita* – Brasil – 2005 e 2012



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2012.

Complementar ao indicador de abandono precoce, a proporção de jovens nessa faixa etária por condição de atividade na relação entre estudo e trabalho é esclarecedora. A parcela dos que apenas trabalham vem crescendo, e em 2012 já é quase metade da população entre 18 e 24 anos. Cerca de 14,5% dos jovens nessa faixa etária apenas estudam, enquanto que 14,8% estudam e trabalham, condição que frequentemente leva ao ensino noturno e ao abandono precoce. Interessante observar a tendência decrescente, nos últimos anos, da proporção de jovens que apenas estudam e que estudam e trabalham, ao passo que aumenta a parcela dos que apenas trabalham. Este dado, apresentado no gráfico 16, reforça a hipótese de evasão escolar motivada pela necessidade ou oportunidade de ingresso no mercado de trabalho.

Gráfico 16 – Jovens de 18 a 24 anos de idade por condição de atividade – Brasil – 2001, 2006 e 2012



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2006/2012.



Significativa parcela dos jovens que apenas trabalham ainda não completou o ensino médio. Por outro lado, em muitos casos, esse contingente de jovens, mesmo com ensino médio concluído, termina sem emprego nem escola – a chamada geração “nem-nem”.

Não estudam e não trabalham

Entre os jovens de 15 a 29 anos de idade, praticamente 1 em cada 5 não frequentavam escola e não trabalhavam, em 2012. No grupo de 15 a 17 anos essa proporção foi de 9,4% dos jovens dessa idade, enquanto entre aqueles com 18 a 24 anos, a incidência chegou a 23,4% dos jovens. A proporção de mulheres foi crescente com a idade, 59,6% entre aqueles com 15 a 17 anos de idade que não estudavam e não trabalhavam, atingindo 76,9% entre as pessoas de 25 a 29 anos de idade que não estudavam e não trabalhavam. Entre as mulheres que não trabalhavam nem estudavam destaca-se a proporção daquelas que tinham pelo menos um filho: 30,0% daquelas de idade entre 15 e 17 anos, 51,6% daqueles de 18 a 24 anos de idade e 74,1% daquelas de 25 a 29 anos de idade.

Para as pessoas de 15 a 17 anos de idade que não frequentavam escola ou trabalhavam, destaca-se que 56,7% não tinham nem ensino fundamental completo, sendo que, com essa idade, já deveriam estar cursando o ensino médio. Entre as pessoas de 18 a 24 anos, que já deveriam ter ao menos o ensino médio completo, somente 43,2% das que não trabalhavam ou estudavam tinham completado esse nível de ensino, enquanto a maioria (52,6%) tinha até o ensino médio incompleto. A situação também é preocupante para as pessoas de 25 a 29 anos de idade que não trabalhavam ou estudavam, uma vez que 51,5% tinham até ensino médio incompleto, 39,2% tinham ensino médio completo e somente 9,3% tinham ensino superior incompleto ou completo.

Distribuição percentual de pessoas de 15 a 29 anos de idade que não estudavam e não trabalhavam por grupos de idade – Brasil – 2012

Sexo, nível de instrução mais elevado alcançado, nível de desocupação e indicação de presença de filhos nascidos vivos das mulheres	Distribuição percentual de pessoas de 15 a 29 anos de idade que não estudavam e não trabalhavam na semana de referência, por grupos de idade (%)			
	Total	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Sexo				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Homem	29,7	40,4	32,0	23,1
Mulher	70,3	59,6	68,0	76,9
Nível de instrução mais elevado alcançado				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Ensino fundamental incompleto	32,4	56,7	28,4	31,5
Ensino fundamental completo ou médio incompleto	23,4	31,0	24,1	20,0
Ensino médio completo	38,6	12,2	43,2	39,2
Ensino superior incompleto ou completo	5,6	0,1	4,2	9,3
Indicação de presença de filhos nascidos vivos das mulheres				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Nenhum filho	41,0	69,9	48,0	25,0
1 ou mais filhos	58,4	30,0	51,6	74,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira, página 30, IBGE, Rio de Janeiro, 2013.

Relação entre estudo e maternidade

A maternidade pode atrasar ou mesmo interromper o processo de escolarização da mulher, portanto é urgente a necessidade de políticas públicas relacionadas ao cuidado de crianças voltadas, especialmente, para as mulheres jovens que já têm filhos e desejam retornar ou mesmo não interromper os estudos devido à maternidade. Em 2012, entre as mulheres de 15 a 19 anos de idade com maior escolaridade (8 anos ou mais de estudo), 7,7% tiveram filhos; enquanto para aquelas com menor número de anos de estudo essa proporção foi de 18,4%.

Nota-se que, entre as mulheres de 15 a 17 anos de idade que não tinham filho, 88,1% estavam estudando; para aquelas que tinham um filho ou mais, somente 28,5% estudavam e 68,7% delas não estudavam e nem completaram o ensino médio, que seria o adequado para estarem cursando. No grupo de mulheres de 18 a 24 anos de idade, 40,9% daquelas que não tinham filho ainda estudavam, 13,4% não estudavam e tinham até o ensino médio incompleto, 45,6% não estudavam e tinham pelo menos o ensino médio completo. No mesmo grupo etário, entre aquelas que tinham filho, somente 10,0% estudavam, 56,7% não estudavam e tinham até o ensino médio incompleto, 33,3% não estudavam e tinham pelo menos o ensino médio completo.

Distribuição percentual de mulheres de 15 a 24 anos de idade, por grupo de idade e indicação de presença de filhos nascidos vivos, segundo frequência à escola e nível de instrução mais elevado alcançado – Brasil – 2012

Frequência à escola e nível de instrução mais elevado alcançado	Distribuição percentual de mulheres de 15 a 24 anos de idade, por grupo de idade e indicação de presença de filhos nascidos vivos (%)					
	Total		15 a 17 anos de idade		18 a 24 anos de idade	
	Nenhum filho	1 filho ou +	Nenhum filho	1 filho ou +	Nenhum filho	1 filho ou +
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Estuda	59,4	11,4	88,1	28,5	40,9	10,0
Não estuda, nível ensino alcançado até médio incompleto	11,9	57,6	9,4	68,7	13,4	56,7
Não estuda, nível ensino alcançado até médio incompleto ou mais	28,8	31,0	2,5	2,8	45,6	33,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira, página 24, IBGE, Rio de Janeiro, 2013.

As taxas de rendimento escolar também devem ser consideradas – sendo inclusive um dos componentes do IDEB. As tabelas 16a e 16b apresentam as taxas de rendimento escolar para o ensino fundamental e médio.

Tabela 16a – Taxas de rendimento escolar – Brasil – 2007 a 2012

Tipos de Ensino	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Ensino Fundamental – anos iniciais						
Taxa de Aprovação	85,8	87,0	88,5	89,9	91,2	91,7
Taxa de Reprovação	11,0	10,1	9,2	8,3	7,2	6,9
Taxa de Abandono	3,2	2,9	2,3	1,8	1,6	1,4
Ensino Fundamental – anos finais						
Taxa de Aprovação	79,8	79,9	81,3	82,7	83,4	84,1
Taxa de Reprovação	13,5	13,9	13,4	12,6	12,4	11,8
Taxa de Abandono	6,7	6,2	5,3	4,7	4,2	4,1
Ensino Médio						
Taxa de Aprovação	74,1	74,9	75,9	77,2	77,4	78,7
Taxa de Reprovação	12,7	12,3	12,6	12,5	13,1	12,2
Taxa de Abandono	13,2	12,8	11,5	10,3	9,5	9,1

Fonte: INEP/MEC.



Tabela 16b – Taxas de rendimento escolar – Rede Pública – Brasil – 2007 a 2011

Tipos de Ensino	2007	2008	2009	2010	2011
Ensino Fundamental – anos iniciais					
Taxa de Aprovação	84,6	85,7	87,3	88,8	90,2
Taxa de Reprovação	11,9	11,1	10,2	9,2	8,1
Taxa de Abandono	3,5	3,2	2,5	2,0	1,7
Ensino Fundamental – anos finais					
Taxa de Aprovação	78,2	78,2	79,7	81,2	81,8
Taxa de Reprovação	14,4	14,9	14,4	13,5	13,4
Taxa de Abandono	7,4	6,9	5,9	5,3	4,8
Ensino Médio					
Taxa de Aprovação	71,8	72,6	73,7	75,1	75,2
Taxa de Reprovação	13,5	13,1	13,5	13,4	14,0
Taxa de Abandono	14,7	14,3	12,8	11,5	10,8

Fonte: INEP/MEC.

No ensino fundamental, houve melhoria continuada na taxa de aprovação de 1ª a 5ª séries, que pode ser em parte explicada também pelas políticas de ciclo e/ou promoção automática. Na segunda etapa, de 6ª a 9ª séries, a taxa de aprovação também se elevou, mas permanece em patamares ainda muito baixos. No que se refere às taxas de reprovação e abandono, a melhoria nos anos iniciais do ensino fundamental foi mais significativa no período recente, sendo menos contundente nos anos finais dessa etapa do ensino. Ainda assim, observando especificamente os indicadores dos estudantes da rede pública, reprovação mais abandono comprometem a trajetória escolar de 10% dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental. Nos anos finais, essa parcela supera os 15% dos estudantes.

No ensino médio, ocorre uma melhoria lenta na taxa de aprovação. As taxas de abandono, ainda muito elevadas, apresentam uma redução significativa no período. A taxa de reprovação, entretanto, que parece estagnada quando analisado o quadro geral, apresenta-se mais grave quando observados especificamente os indicadores de transição de rede pública – a taxa de reprovação aumenta no período. A transição entre o ensino fundamental e o ensino médio permanece em um momento dramático, mesmo com a gradativa melhora no fluxo escolar no ensino fundamental. Somados abandono e reprovação, cerca de 25% dos estudantes do ensino médio têm a sua trajetória escolar comprometida – e neste momento, se estes anos de atraso se somam a outros anos acumulados durante as etapas anteriores, a continuidade dos estudos do aluno se torna cada mais vez mais difícil.

Observando a tabela 17, que traz as taxas de rendimento escolar série a série para a rede pública, percebe-se que há momentos particularmente difíceis na trajetória escolar desses estudantes. No ensino fundamental, a reprovação aumenta repentinamente no 3º ano – em parte, reflexo estatístico da adoção dos ciclos e da progressão automática. Como nem sempre esses instrumentos se fazem acompanhar da adequada implantação de ferramentas complementares como aulas de reforço e classes de aceleração, o conhecimento adquirido pelos alunos pode se mostrar insuficiente posteriormente – gerando taxas de reprovação mais altas nos anos onde já não houver progressão automática.

Outra barreira, já antiga e conhecida, é a da antiga 5ª série, atualmente 6º ano. No primeiro ano do antigo “ginásial”, o estudante deixa de ter uma professora única para todas as disciplinas, e passa a ter diversos professores, com cargas horárias variadas. Com frequência, precisa mudar de escola; de escolas menores que só oferecem os anos iniciais do ensino fundamental, em direção a escolas maiores. Enfim, são mudanças diversas, que tornam o 6º ano um momento de grande risco, com elevada taxa de reprovação. Nos anos seguintes, do 7º ao 9º ano, as taxas de reprovação são pouco menores, mas ainda bastante elevadas. E, infelizmente, o progresso apresentado neste indicador entre 2007 e 2011 foi bastante pequeno.

Na mesma linha, a 1ª série do ensino médio é tradicionalmente um enorme obstáculo na trajetória escolar dos nossos estudantes. Mudanças de escola, mudanças de conteúdo, mudanças na relação com os

professores, além das tensões da adolescência e juventude, e das pressões do mercado de trabalho, enfim, questões que já estão de algum modo presentes nos anos finais do ensino fundamental, tornam-se ainda mais intensas com a chegada ao ensino médio. Como ocorre também com a barreira do 6º ano, após a 1ª série do ensino médio as taxas de reprovação e abandono continuam elevadas nos anos seguintes, 2ª e 3ª séries. E aqui os indicadores são aparentemente contraditórios: enquanto conquista-se uma gradativa redução nas taxas de abandono, ocorre um aumento na reprovação nos primeiros anos do ensino médio.

Tabela 17 – Taxas de rendimento escolar, série a série – Rede Pública – Brasil – 2007 e 2011

Ensino	Aprovação		Reprovação		Abandono	
	2007	2011	2007	2011	2007	2011
Ensino Fundamental	81,8	86,3	13,0	10,5	5,2	3,2
1º ano	92,5	96,3	4,2	2,1	3,3	1,6
2º ano	80,3	91,0	15,0	7,5	4,7	1,5
3º ano	82,0	85,4	15,0	12,8	3,0	1,8
4º ano	86,5	89,9	10,4	8,4	3,1	1,7
5º ano	86,2	89,5	10,6	8,6	3,2	1,9
6º ano	74,5	78,2	17,6	16,6	7,9	5,2
7º ano	78,7	82,0	14,4	13,6	6,9	4,4
8º ano	81,1	83,9	12,0	11,5	6,9	4,6
9º ano	80,0	84,1	12,5	11,0	7,5	4,9
Ensino Médio	71,8	75,2	13,5	14,0	14,7	10,8
1ª série	64,9	67,8	17,1	19,0	18,0	13,2
2ª série	74,2	77,4	12,1	12,7	13,7	9,9
3ª série	79,9	83,8	9,6	8,2	10,5	8,0
4ª série	89,4	88,0	3,8	4,3	6,8	7,7

Fonte: INEP/MEC.

Anexo

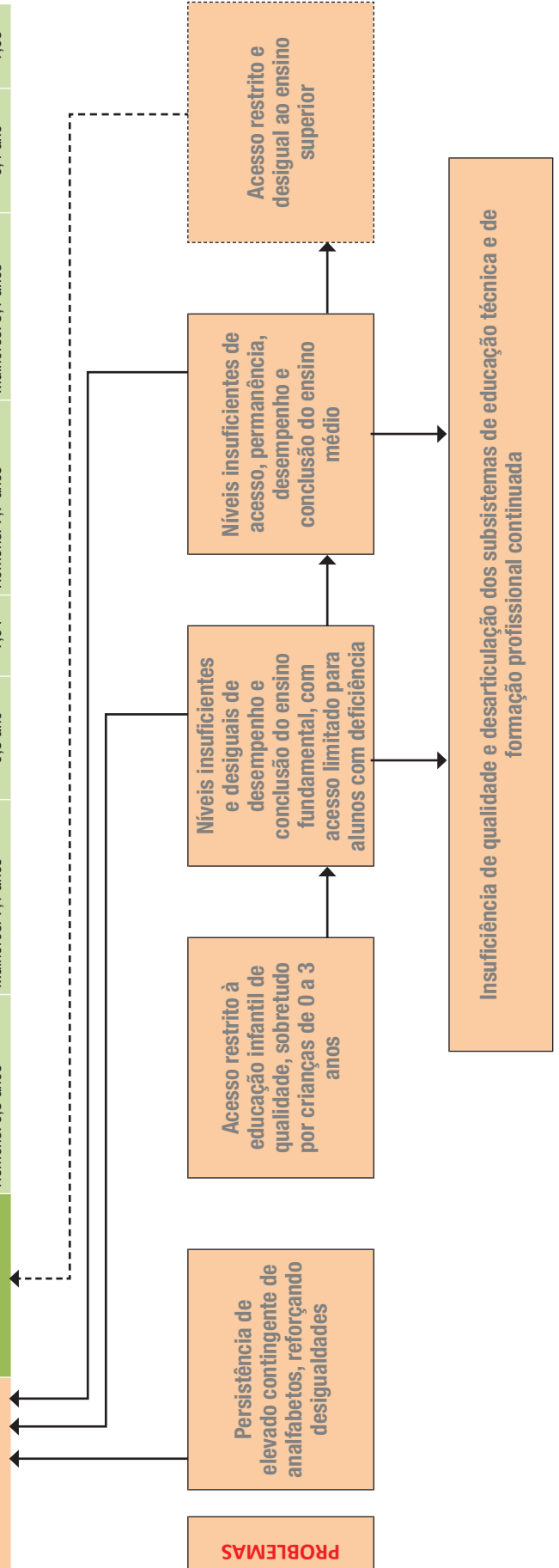


Quadro de Indicadores

Os problemas e as desigualdades na escolarização no Brasil

O nível de escolarização da população brasileira é baixo e desigual

Macro Problema	INDICADOR		2005		2012	
	Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade		Brasil: 7 anos		Brasil: 7,9 anos	
O NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA É BAIXO E DESIGUAL	Desigualdades (Em p.p.)	Razão	Desigualdades (Em p.p.)	Razão	Desigualdades (Em p.p.)	Razão
	Nordeste: 5,6 anos	1,38	Sudeste: 7,7 anos	1,38	Sudeste: 8,5 anos	1,27
	Rural: 4,2 anos	1,79	Urbana: 7,5 anos	1,79	Urbana: 8,4 anos	1,65
	Preta/Parda: 6,0 anos	1,30	Branca: 7,8 anos	1,30	Branca: 8,7 anos	1,22
	20% + pobres: 4,6 anos	2,20	20% + ricos: 10,1 anos	2,20	20% + ricos: 10,5 anos	1,98
	Homens: 6,8 anos	1,04	Mulheres: 7,1 anos	1,04	Mulheres: 8,1 anos	1,05





Analfabetismo

Persistência de elevado contingente de analfabetos, reforçando desigualdades

INDICADOR	2005		2012	
	Número de analfabetos	15 milhões de analfabetos (15,1 milhões em 2001)		13,2 milhões de analfabetos
Taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais	Brasil: 11,1%			
	Desigualdades (Em p.p.)		Desigualdades (Em p.p.)	
	Razão*		Razão*	
	Nordeste: 21,9%	15,3	Nordeste: 17,4%	11,5
	Sudeste: 6,6%	3,34	Sudeste: 5,9%	2,95
	Rural: 25%	16,6	Rural: 21,1%	14,5
	Urbana: 8,4%	2,97	Urbana: 6,6%	3,20
Taxa de analfabetismo por grupos de idade	Preta/Parda: 15,4%	8,4	Preta/Parda: 11,8%	6,5
	Branca: 7,0%	2,20	Branca: 5,3%	2,22
	20% + pobres: 20,7%	18,6	20% + pobres: 15,0%	13,2
	20% + ricos: 2,1%	9,86	20% + ricos: 1,8%	8,33
	60 anos ou +: 31,1%		60 anos ou +: 24,4%	
15 a 24 anos: 2,9%		15 a 24 anos: 1,4%		

* A razão significa quantas vezes o membro de um grupo tem a mais de chance de acessar o evento em estudo, quando comparado às chances de um membro do outro grupo.
Fonte: PNAD/IBGE.

	Causas	Indicadores			
		2005	2009	2012	
Acesso	Insuficientes e ineficazes mecanismos de mobilização de jovens e adultos analfabetos	Proporção de jovens (15 a 24 anos) analfabetos que frequentam cursos de alfabetização e EJA	3,89% 38.943 jovens	6,04% 39.033 jovens	2,93% 13.336 jovens
		Proporção de adultos (25 anos ou mais) analfabetos que frequentam cursos de alfabetização	2,55% 356.267 pessoas	2,05% 275.352 pessoas	0,64% 81.918 pessoas
	Dificuldade de acesso a cursos de alfabetização	Proporção de analfabetos das áreas rural e urbana que frequentam cursos de alfabetização	Rural: 2,5% Urbana: 2,9%	Rural: 2,0% Urbana: 1,8%	Dado não disponível
Permanência	Oferta insuficiente de EJA pela rede pública	Percentual de escolas públicas que oferecem EJA	25,1%	28,7%	23,2%
	Elevados índices de fracasso no ensino fundamental	Proporção de analfabetos que anteriormente já frequentaram escola	38,7%	42,7%	39,9%

Educação Infantil

Acesso restrito à educação infantil de qualidade, sobretudo pelas crianças de 0 a 3 anos

INDICADOR	2005		2012	
	Desigualdades (Em p.p.)	Razão*	Desigualdades (Em p.p.)	Razão*
Taxa de frequência à creche: crianças de 0 a 3 anos	Brasil: 13%			
	Brasil: 21,2%			
	Nordeste: 11,7%	2,9	1,25	1,39
	Sudeste: 15,7%			
	Rural: 4,6%			
	Urbana: 15,2%	10,6	3,30	2,46
	Preta/Parda: 11,6%			
	Branca: 14,5%	4,1	1,35	1,49
	20% + pobres: 8,2%			
	20% + ricos: 29,6%	21,4	3,61	3,41
Brasil: 11,1%				
Taxa de frequência à pré-escola de crianças de 4 e 5 anos	Brasil: 8,7%			
	Brasil: 8,7%			
	Nordeste: 71%	4,7	10,7	1,04
	Sudeste: 67,3%			
	Rural: 44,5%			
	Urbana: 67,5%	23,0	1,52	1,21
	Preta/Parda: 60,6%			
	Branca: 14,5%	3,7	1,05	1,04
	20% + pobres: 53%			
	20% + ricos: 87%	34,0	1,64	1,30

* A razão significa quantas vezes o membro de um grupo tem a mais de chance de acessar o evento em estudo, quando comparado às chances de um membro do outro grupo.
Fonte: IBGE/PNAD.

	Causas	Indicadores		
		2005	2009	2012
Acesso	Educação infantil não é vista como parte da educação e primeira etapa do processo educacional	32,3%	20,7%	15,5%
	Infraestrutura deficiente nas escolas públicas e conveniadas	0,3%	0,4%	0,1%
	Desvalorização da profissão docente	54,6%	55,1%	47,8%
Qualidade	Formação inadequada de docentes	Brasil: R\$ 1.168,76*	Brasil: R\$ 1.406,28*	Brasil: R\$ 1.669,34*
	Formação em reais de dezembro de 2012 (deflacionados pelo IPCA).	12,3%	11,1%	13,8%

Ensino Fundamental

Níveis insuficientes e desiguais de desempenho e conclusão do ensino fundamental, com acesso limitado para alunos com deficiência

INDICADOR	2004/2005		2011/2012	
	Taxa de Promoção ¹	73,0		86,0
Taxa de Repetência ¹	20,1		9,0	
Taxa de Evasão ¹	7,0		5,0	
	2005		2011	
	Brasil: 3,8%		Brasil: 5,0%	
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB ² Anos iniciais do ensino fundamental		Razão*		Razão*
		Desigualdades (Em p.p.)		Desigualdades (Em p.p.)
	Público: 3,6	1,64	Público: 4,7	1,38
	Privado: 5,9	2,3	Privado: 6,5	1,8
	Alagoas: 2,5	1,92	Pará: 4,2	1,36
	Distrito Federal: 4,8		Distrito Federal: 5,7	
			Minas Gerais: 5,9	
	Brasil: 3,5%		Brasil: 4,1%	
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB ² Anos finais do ensino fundamental		Razão*		Razão*
		Desigualdades (Em p.p.)		Desigualdades (Em p.p.)
	Público: 3,2	1,81	Público: 3,9	1,54
	Privado: 5,8	2,6	Privado: 6,0	2,1
	Alagoas: 2,4	1,79	Alagoas: 2,9	1,69
	Santa Catarina: 4,3		Santa Catarina: 4,9	
			São Paulo: 4,7	
	2005		2012	
	Brasil: 18,9%		Brasil: 53,8%	
Proporção de escolas de ensino regular com inclusão de alunos com deficiência		Razão*		Razão*
		Desigualdades (Em p.p.)		Desigualdades (Em p.p.)
	Público: 20,0%	1,88	Público: 55,6%	1,27
	Privado: 10,6%	9,4	Privado: 43,8%	11,8
	Centro-Oeste: 32,2%	3,13	Centro-Oeste: 68,0%	1,83
	Norte: 10,3%		Norte: 37,1%	

* A razão significa quantas vezes o membro de um grupo tem a mais de chance de acessar o evento em estudo, quando comparado às chances de um membro do outro grupo.

1. Fonte: taxas de Transição calculadas pelo Censo Escolar/INEP de 2008, adotando metodologia de Ruben Klein.

2. Fonte: INEP/MEC O IDEB tem valores entre 0 e 10 e é calculado em anos alternados a partir de 2005. A meta a ser atingida em 2021 é 6,0 nos anos iniciais e 5,5 nos anos finais do ensino fundamental.

	Causas	Indicadores	2005	2009	2012
Acesso	Falta infraestrutura de acessibilidade para alunos com deficiência	Percentual de escolas que não possuem dependências e vias adequadas a alunos com deficiência	Brasil: 94,8% Público: 95,9% Privado: 86,6%	Brasil: 88,8% Público: 90,7% Privado: 76,6%	Brasil: 80,1% Público: 82,4% Privado: 67,6%
	Infraestrutura deficiente nas escolas da rede pública	Percentual de alunos que estudam em escolas públicas sem biblioteca	57%	28%	47,4%
Qualidade	Desvalorização da profissão docente	Percentual de alunos que estudam em escolas públicas sem quadras de esporte	46,3%	40%	40%
	Formação inadequada de professores	Rendimento mensal médio dos professores de ensino fundamental com formação de nível superior (30h semanais)	Brasil: R\$ 1.572,25***	Brasil: R\$ 1.645,15***	Brasil: R\$ 1.873,64***
	Desigualdade regional no investimento público por aluno/ano	Proporção de professores sem licenciatura atuando na rede pública	Anos iniciais: 60,9% Anos finais: 22,4%	Anos iniciais: 40,7% Anos finais: 23,8%	Anos iniciais: 31,7% Anos finais: 21,9%
Permanência	Condições econômicas e sociais adversas de grande proporção de alunos da rede pública	Investimento por aluno/ano *	Pará: 1.091,00 Distrito Federal: 3.116,00	Pará: 1.678,00 Distrito Federal: 4.919,00	Pará: 2.752,00** Distrito Federal: 7.340,00**
	Insuficiente tempo de permanência dos alunos na escola	Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam escola pública, de famílias com renda <i>per capita</i> inferior a ½ salário mínimo	56,20%	39,20%	Dado não disponível
		Média de horas/aula diárias	4,4 horas	4,5 horas	4,5 horas

* Valores nominais, em Reais.

** Fonte: MEC/INEP, dados de 2010.

*** Fonte: PNAD/IBGE, valores em reais de dezembro de 2012 (deflacionados pelo IPCA).

Ensino Médio

Níveis insuficientes de acesso, permanência, desempenho e conclusão do ensino médio

INDICADOR	2004/2005		2011/2012		
	Desigualdades (Em p.p.)	Razão*	Desigualdades (Em p.p.)	Razão*	
Taxa de Promoção ¹	67,4		76,2		
Taxa de Repetência ¹	22,6		11,1		
Taxa de Evasão ¹	10,0		12,7		
	2005		2012		
	Brasil: 45,3%		Brasil: 54,0%		
Proporção de pessoas de 15 a 17 anos cursando o ensino médio	Nordeste: 30,1%	21,0	1,59	Nordeste: 44,8%	1,32
	Sudeste: 57,4%			Sudeste: 62,5%	
	Rural: 24,7%	25,7	2,04	Rural: 41,3%	1,37
	Urbana: 50,4%			Urbana: 56,6%	
	Preta/Parda: 35,6%	27,3	1,9	Preta/Parda: 47,8%	1,39
	Branca: 56,6%			Branca: 62,9%	
	20% + pobres: 22,5%	52,2	3,32	20% + pobres: 38,6%	1,97
	20% + ricos: 74,7%			20% + ricos: 76,1%	
	Homens: 40,6%	9,5	1,23	Homens: 48,4%	1,23
	Mulheres: 50,1%			Mulheres: 59,8%	
	2005		2011		
	Brasil: 3,4		Brasil: 3,7		
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB ²	Desigualdades (Em p.p.)	Razão*	Desigualdades (Em p.p.)	Razão*	
	Público: 3,1	2,5	1,81	Público: 3,4	1,68
	Privado: 5,6			Privado: 5,7	
	Santa Catarina: 3,8	1,4	1,58	Piauí: 3,2	1,25
	Amazonas: 2,4			Paraná: 4,0	

* A razão significa quantas vezes o membro de um grupo tem a mais de chance de acessar o evento em estudo, quando comparado às chances de um membro do outro grupo.

1. Fonte: Taxas de Transição calculadas pelo Censo Escolar/INEP de 2008, adotando metodologia de Ruben Klein.

2. Fonte: INEP/MEC O IDEB tem valores entre 0 e 10 e é calculado em anos alternados a partir de 2005. A meta a ser atingida em 2021 é 6,0 nos anos iniciais e 5,5 nos anos finais do ensino fundamental.



	Causas	Indicadores	2005	2009	2012	
Acesso	Inadequação etária para ingresso e conclusão no ensino médio	Idade média dos estudantes do ensino médio	18,7 anos	18 anos	17,6 anos	
	Grande proporção de jovens (15 a 24 anos) que necessitam trabalhar	Percentual de jovens que trabalham ou procuram emprego	65,3%	62,7%	59,0%	
	Infraestrutura deficiente nas escolas da rede pública	Percentual de jovens que frequentam ensino médio e trabalham	34,9%	31,5%	28,3%	
Qualidade		Percentual de alunos que estudam em escolas públicas sem laboratório de ciências	51,0%	43,9%	43,8%	
		Percentual de alunos que estudam em escolas públicas sem biblioteca	38,1%	9,1%	28,5%	
	Desvalorização da profissão docente	Percentual de alunos que estudam em escolas públicas sem laboratório de informática	39,5%	7,5%	4,1%	
		Rendimento mensal médio dos professores de ensino médio com formação de nível superior (30h semanais)	Brasil: R\$ 1.991,69*	Brasil: R\$ 1.998,17*	Brasil: R\$ 2.594,25*	
	Formação inadequada de professores	Déficit de professores de física, química, biologia e matemática	Proporção de professores sem licenciatura atuando na rede pública	10,4%	12,6%	14,3%
			Física: 10%	Física: 21%	Física: 17,6%	
Química: 22,2%			Química: 37,6%	Química: 33,4%		
	Matemática: 20,4%	Matemática: 51,9%	Matemática: 66,4%			
	Biologia: 44,4%	Biologia: 57,9%**	Biologia: 50,9%			
Permanência	Condições econômicas e sociais adversas de grande proporção de alunos da rede pública	Percentual de pessoas de 15 a 17 anos que frequentam escola pública de famílias com renda <i>per capita</i> inferior a ½ salário mínimo	39,2%	26,5%	Dado não disponível	

* Fonte: PNAD/IBGE, valores em reais de dezembro de 2012 (deflacionados pelo IPCA).

** Dados de 2007.



Educação Profissional

Insuficiência da oferta de qualidade e desarticulação dos subsistemas de educação técnica e de formação profissional continuada

INDICADOR	2005	2012
Número de matrículas na Educação Profissional	707.263	1.063.665
	Brasil: 5,9%	Brasil: 8,7%
Relação entre matrícula na educação profissional técnica e estimativa da demanda potencial ¹		Desigualdades (Em p.p.)
Norte: 1,7%	6,1	Nordeste: 9,1%
Sul: 7,8%		Sudeste: 9,3%
		0,22

Fonte: INEP/MEC.

1. Esse indicador foi calculado da seguinte forma: Percentual representado pelas matrículas da educação profissional técnica de nível médio (concomitante ou integrado, ou seja, presencial integrado à educação profissional de nível médio) em relação à demanda potencial (soma da matrícula na 1ª e 2ª série do ensino médio regular (exclusive médio integrado e concomitante) e matrícula de EJA presencial na etapa do ensino médio).

	Indicadores	2005	2009	2012
Oferta	Concentração territorial da oferta de educação profissional	Norte: 2,4% Sudeste: 61,2%	PEA = 7,4% PEA = 43,3%	Dado não disponível
	Proporção de municípios com oferta de educação profissional	Nordeste: 8,4% Sudeste: 27,3%	Brasil: 18,5% Sudeste: 41,6%	Brasil: 23,1% Nordeste: 13,5% Sudeste: 31,5%
	Proporção de matrículas na educação técnica nos municípios das capitais	Norte: 63,7% Sul: 19,2%	Brasil: 33,5% Sul: 21,6%	Brasil: 31,8% Norte: 47,3% Sul: 20,8%
Insuficiente integração da formação inicial e continuada dos trabalhadores com a elevação da escolaridade	Proporção de concluintes de cursos do PNQ que realizaram cursos com elevação de escolaridade	Pública: 35,1% Privada: 32,2%	Redes Pública: 36,0% Privada: 30,4%	Redes Pública: 29,2% Privada: 33,7%
		Nordeste: 4,2% Sudeste: 44,9%	Brasil: 22,4% Nordeste: 2,7% Norte: 59,9%	Dado não disponível
		Brasil: 74,5% (2007) Sul: 90,0% Sudeste: 68,0%	Brasil: 80,4% Sul: 92,7% Sudeste: 75,7%	Brasil: 87,7%
Precariedade e/ou defasagem dos laboratórios das instituições de educação profissional	Proporção de estabelecimentos de ensino de educação técnica que dispõem de laboratórios* por região	Pública: 87,9% Privada: 68,1%	Redes Pública: 91,4% Privada: 75,1%	Dado não disponível

* Inclui Ciências e/ou Informática e/ou outros Laboratórios/Oficinas.

